



PANORAMA MACROECONÓMICO

1º Trimestre de 2020

Índice

▪ Sumário executivo	Pág. I
▪ 1. Contexto Internacional	Pág. 1
▪ 2. Economia Real	Pág. 3
2.1. Sector Petrolífero	Pág. 4
2.1. Sector não-Petrolífero	Pág. 5
▪ 3. Finanças Públicas	Pág. 6
▪ 4. Inflação	Pág. 7
▪ 5. Indicadores Monetários	Pág. 8
▪ 6. Política Monetária	Pág. 9
▪ 7. Mercado Monetário	Pág. 10
▪ 8. Sector Externo	Pág. 11
▪ 9. Mercado Cambial	Pág. 12
▪ 10. Mercado de Capitais	Pág. 13
▪ 11. Sector Bancário	Pág. 16
▪ 12. Indicadores Sociais	Pág. 17
▪ 13. Ambiente de Negócios	Pág. 18
▪ 14. Outras Economias Africanas	Pág. 19
▪ 15. Anexos	Pág. 21
▪ Outras Publicações	Pág. 24
▪ Contactos	Pág. 25



Siglas e Abreviaturas

- BM – Banco Mundial
- BNA – Banco Nacional de Angola
- BODIVA – Bolsa de Dívida e Valores de Angola
- BP – Balança de Pagamentos
- BT – Bilhetes do Tesouro
- CEMAC – *Economic and Monetary Community of Central African State*
- COMESA – *Common Market for Eastern and Southern Africa*
- CPM - Comité de Política Monetária
- D.O –Depósito à prazo
- EAC-5 – *East Africa Community*
- ECOWAS – *Economic Community of West African State*
- EIU – *Economist Intelligence Unit*
- EUA – Estados Unidos da América
- Fed – Reserva Federal Norte-Americana
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- IDE – Investimento Directo Estrangeiro
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INE – Instituto Nacional de Estatística
- IPC – Índice de Preços no Consumidor
- IPCN – Índice de Preços no Consumidor Nacional
- MMI – Mercado Monetário Interbancário
- MINFIN - Ministério das Finanças
- MN – Moeda Nacional
- OGE – Orçamento Geral do Estado
- OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo
- OT – Obrigações do Tesouro
- O/N – *Overnight* (a 1 dia)
- p.p. – Pontos percentuais
- PEM – Programa de Estabilização Macroeconómica
- PIB- Produto Interno Bruto
- PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
- PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- PRODESI – Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição das Importações
- RIB's – Reservas Internacionais Brutas
- RIL's – Reservas Internacionais Líquidas
- SACU – *Southern Africa Customs Union*
- SADC – *Southern African Development Community*
- TT – Títulos do Tesouro
- UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância
- UNECA – *United Nations Economic Commission for Africa*
- WAEMU – *The West African Economic and Monetary Union*
- WEO – *World Economic Outlook*



Sumário Executivo

- A economia mundial poderá contrair 3,0% em 2020, de acordo com as previsões do FMI. A ser verificada, a contracção poderá representar o menor desempenho dos últimos 100 anos. A propagação da COVID-19 que resultou na necessidade de confinamento de milhares de pessoas e na paralisação da actividade produtiva a nível mundial, pressionou a cotação das *commodities*, interrompeu o normal funcionamento das cadeias de fornecimento e limitou o comércio e o investimento em todo mundo.
- Em Angola, o desempenho do Produto Interno Bruto caracterizou-se pela contracção homóloga de 0,9%, em 2019. O registo do PIB reflecte uma moderação face a recessão estimada, de -1,1%, no OGE 2020.
- Por outro lado, o PIB real poderá contrair 1,21% no ano corrente, de acordo com as declarações da Ministra das Finanças. A perspectiva reflecte o impacto da actual pandemia da COVID-19 sobre a economia nacional.
- O sector petrolífero registou contracção de 6,6% no IV^o trimestre de 2019, em termos homólogos, o que representa uma melhoria de 2,1 p.p. em comparação ao registo de -8,7% referente ao III^o trimestre de 2019. No entanto, a contribuição da actividade de Extração e refino do Petróleo reduziu de 30% no III^o trimestre de 2019 para 29% no IV^o trimestre de 2019.
- A taxa de inflação média (tendo como referência os preços de Luanda) registada ao longo dos primeiros três meses do ano fixou-se em 1,67%. O nível representa uma aceleração de 0,1 p.p. face ao trimestre anterior, tal como o maior nível desde o terceiro trimestre de 2018, reflexo, essencialmente, da aceleração dos preços da Classe 10. Educação (1,2 p.p.).
- O CPM decidiu manter a Taxa BNA em 15,5%, na reunião de 27 de Março de 2020. A decisão poderá reflectir a aceleração do nível geral de preços, não obstante a variável operacional da política monetária – Base Monetária em Moeda Nacional – ter reduzido cerca de 3% no período em análise.
- As taxas Luibor negociadas no mercado monetário interbancário – que traduzem o custo de captação de liquidez no MMI – seguiram tendência decrescente na generalidade das maturidades ao longo do I^o trimestre de 2020. O destaque recai sobre a Luibor *Overnight* que durante o período em análise reduziu cerca de 5,28 p.p. ao fixar-se em 17,20%. Paralelamente, a Luibor 9 meses registou aumento de 0,48 p.p., ao situar-se em 19,72%.
- A taxa de câmbio de referência do BNA registou depreciação de 10% em relação ao dólar norte-americano. O dólar encerrou o I^o trimestre de 2020 com uma cotação de 536,680 Kz por unidade da moeda, o que reflecte uma depreciação de 10% em relação ao período anterior. No entanto, a depreciação apurada corresponde a uma moderação de 12 p.p. face a perda do valor do Kwanza verificada no último trimestre de 2019.
- O mercado primário de Títulos do Tesouro caracterizou-se pela maior apetência por títulos de curto prazo. Durante o I^o trimestre do ano corrente a procura por Bilhetes do Tesouro fixou-se em 66% da oferta total, ao situar-se em 35,425 mil milhões Kz.
- A propagação da COVID-19 poderá penalizar o processo de ajustamento macroeconómico em 2020. A redução significativa nas receitas em moeda estrangeira, associada a necessidade de mobilização de recursos para minimização dos impactos da COVID-19 poderá desacelerar a execução do PEM e do PND (2018-2022).
- A economia da África Subsariana poderá contrair 1,6% em 2020, uma inversão face ao crescimento de 3,1% apurado em 2019, sendo o menor desempenho em 25 anos. A justificar o comportamento está a contracção prevista para as principais economias, reflexo da propagação da COVID-19, que está a pressionar a cotação das *commodities*, a redução do investimento externo e o agravamento das condições de financiamento externo dos países africanos.



1. Contexto Internacional

- A economia mundial deverá contrair 3% em 2020, um desempenho que não encontra paralelos nos últimos 100 anos, reflexos da redução da mobilidade das pessoas e mercadorias impostas pela propagação da COVID-19.
- A taxa de crescimento homólogo da China no 1º trimestre fixou-se em -6,8% a primeira contracção desde 1992, reflexo da propagação da COVID-19 nos primeiros meses no ano.

A economia mundial poderá contrair 3,0% em 2020, de acordo com as previsões do FMI. A ser verificada, a contracção poderá ser o menor desempenho dos últimos 100 anos, é reflecte a propagação da COVID-19 que resultou na necessidade de confinamento de milhares de pessoas e na paralisação da actividade produtiva a nível mundial, pressionou a cotação das *commodities*, interrompeu o normal funcionamento das cadeias de fornecimento e limitou o comércio e o investimento em todo mundo. Destaca-se que as economias avançadas, com uma perspectiva de contracção de 6,1%, deverão registar o menor desempenho, enquanto as economias emergentes deverão contrair 1%, com a China e a Índia, a crescerem em 1,2% e 1,9%, respectivamente.

O comércio mundial deverá contrair 11% em 2020, segundo perspectivas do FMI. Ao efectivar-se o desempenho deverá inverter o crescimento de 0,9% registado no ano anterior, e situar-se muito acima da contracção da economia mundial, o que poderá reflectir a disrupção no comércio internacional e a intensificação da estratégia de crescimento baseada no consumo interno. O comércio externo deverá cair, em termos médios, 12,2%, nas economias avançadas e 8,9% nas economias emergentes e em desenvolvimento.

A economia dos EUA contraiu 4,8% no 1º trimestre de 2020. O desempenho compara com o crescimento de 2,1% do período anterior, sendo reflexo da variação do consumo das famílias (-7,6% abaixo dos +1,8% do IVº trim. 2019), com particular destaque aos bens duráveis (-16,1% vs. 2,8%). Os investimentos, exportações e importações seguiram a mesma tendência ao contrair 5,6% e 8,7% e 15,3%, respectivamente. Os gastos públicos com uma variação de 0,7% desacelerou face ao aumento de 2,5% do período anterior. A taxa de desemprego encerrou o 1º trimestre em 4,4%, o que representa uma aceleração de 0,9 p.p. face ao período anterior. O Governo aprovou um pacote de estímulos avaliados em 2 biliões USD, perto de 10% do PIB, para dar suporte as pequenas e grandes empresas, e às famílias.

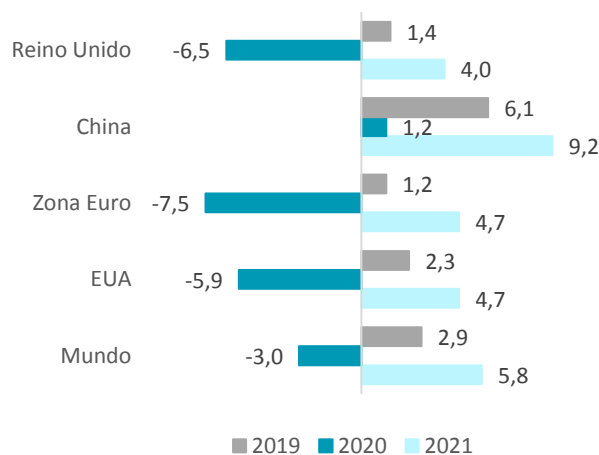
A economia da Zona Euro contraiu 3,8%, no 1º trimestre de 2020. O desempenho corresponde ao menor nível da série histórica (1995), reflexo da paralisação da actividade em algumas empresas e o confinamento dos consumidores devido a propagação da COVID-19. Para 2020, o FMI perspectiva uma contracção de 7,5%, o que representará uma inversão face ao crescimento de 1,2% registado no ano anterior. A Itália, com uma contracção

prevista de 9,1%, deverá registar o menor desempenho entre as grandes economias da região. Paralelamente, a Alemanha, a França e a Espanha deverão contrair 7%, 7,2% e 8%, respectivamente. A taxa de desemprego apurada durante o período em análise situou-se em 7,4%, uma aceleração de 0,1 p.p. face ao último trimestre de 2019.

A efectivação do Brexit ocorreu no dia 31 de Janeiro de 2020. O Reino Unido deixou de fazer parte da União Europeia, 47 anos depois, sendo o primeiro país a desintegrar. O processo deverá ser concluído a 31 de Dezembro de 2020, considerado como o período de transição, onde o principal desafio consiste na definição de um acordo comercial entre as partes. Importa ressaltar que no 1º trimestre, a taxa de crescimento do Reino Unido fixou-se em -2%, o menor desempenho dos últimos 12 anos. Por outro lado, no mesmo período, a taxa de desemprego fixou-se em 4%, uma aceleração de 0,2 p.p. face ao período anterior.

A economia da China contraiu 9,8% no 1º trimestre 2020. O desempenho compara com a taxa de 1,5% do período anterior. O crescimento homólogo fixou-se em -6,8%, com, o sector secundário a contrair 9,6%, enquanto o sector terciário e o primário contraíram 5,2% e 3,2%, respectivamente. Destaca-se que a contracção representa a primeira desde início da série história, em 1992. Paralelamente, a taxa de desemprego aumentou para 0,7 p.p., para 5,9%.

Gráfico 01 – Crescimento Económico (%)



Fonte: FMI: WEO de Abril, 2020



As Perspectivas Económicas Mundiais para 2020

A economia mundial poderá contrair em 2020. As perspectivas foram divulgadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e constam no recente relatório, *World Economic Outlook* (WEO), de Abril de 2020. Segundo o FMI, a economia deverá registar uma recessão de 3%, que representa uma desaceleração de 5,9 p.p., quando comparado com o crescimento de 2,9% apurado em 2019.

A recessão apresentada não tem níveis similares na história recente da economia moderna, e é atribuída à rápida propagação do COVID-19 e a inexistência, até ao momento, de uma vacina contra a pandemia. Assim sendo, o FMI revela no relatório, primeiramente, ser grande o choque económico imposto pela pandemia; segundo, é prematuro apresentar uma ideia mais detalhada sobre a profundidade e duração da crise; e terceiro, existe uma elevada incerteza sobre quais as medidas mais adequadas para atenuar os impactos.

Neste sentido, as economias avançadas, aponta o relatório, poderão contrair 6,1% no ano corrente, uma inversão em relação ao crescimento de 1,7% de 2019, em consequência, fundamentalmente, da recessão estimada para os Estados Unidos da América (EUA) e a Zona Euro em -5,9% e -7,5%, respectivamente. Importa destacar que o FMI perspectiva a reversão do desempenho em 2021, período em que as economias avançadas poderão crescer 4,5%, com os EUA e a Zona Euro a crescerem ambos, 4,7%.

As economias Emergentes e em Desenvolvimento poderão apresentar o mesmo desempenho negativo, ao contraírem 1,0%, o que reflecte uma desaceleração de 4,7 p.p. face ao ano anterior. Porém, as duas maiores economias do bloco, China e Índia, deverão evitar um desempenho negativo, com as taxas de crescimento a situarem-se em 1,2% e 1,9%, abaixo do crescimento de 6,1% e 4,2%, registados em 2019, respectivamente. Para 2021, as economias Emergentes e em Desenvolvimento poderão retomar o crescimento, com uma taxa de 6,6%, sendo que a China voltará a liderar a dinâmica de crescimento, com uma expansão de 9,2%, seguida pela Índia com 7,4%.

Durante o ano corrente, o comércio mundial deverá reduzir substancialmente. O nível de investimento poderá seguir a mesma tendência, enquanto os preços das *commodities* poderão permanecer em baixa e o nível de liquidez no mercado poderá tornar-se cada vez mais escasso e competitivo.

A África Subsariana não deverá escapar a actual conjuntura, com o FMI a prever uma contracção económica da região de 1,6%, que compara com o crescimento de 3,1% de 2019. As maiores economias da região poderão apresentar quedas significativas, com a Nigéria e a África do Sul a contraírem 3,4% e 5,8%, um desempenho que inverte o crescimento do ano anterior de 2,2% e 0,2%, respectivamente. Para 2021, a economia da região poderá voltar a observar taxas positivas, ao crescer 4,1%, com a Nigéria e a África do Sul a acelerarem 2,4% e 4%, respectivamente.

Para Angola, o FMI, prevê uma contracção de 1,4% um nível abaixo da contracção mundial e do continente Africano, e representa uma ligeira melhoria em relação a contracção de 1,5% estimada para 2019. O FMI revela que 2021 poderá ser o ano em que o país poderá recuperar da contracção dos últimos cinco anos, ao crescer 2,6%.

Relativamente às medidas de política económica que os países poderão adoptar para atenuar e reverter a actual conjuntura, o relatório do FMI aponta, por um lado, a necessidade de fortalecimento dos sistemas de saúde. Por outro lado, alerta para a necessidade dos países garantirem liquidez com o intuito de assegurar a confiança nos mercados e preparar a economia para o restabelecimento da oferta e recuperação da procura global, tão logo o nível de propagação da pandemia seja controlado e as cadeias produtivas restabelecidas.

Neste capítulo, de acordo com o relatório, economias avançadas como a Alemanha, França, Itália, Reino Unido e outras, já anunciaram planos fiscais robustos para suportar a actividade económica e reduzir os impactos sobre o mercado de trabalho. A mesma atitude foi apurada em países de economias Emergentes e em Desenvolvimento, como a China, a Tailândia e África do Sul. Paralelamente, a política monetária deverá ser determinante para suportar a actual conjuntura, sendo que muitos bancos têm reduzido as taxas de juros de referência e aberto linhas de financiamentos para suportar a procura interna e restabelecer a confiança dos agentes económicos.

Para os países em desenvolvimento, com debilidades no sistema de saúde e reduzido espaço fiscal, o relatório aponta para a necessidade das instituições multilaterais mobilizarem recursos para os suportar, com o objectivo de libertar recursos adicionais para o fortalecimento dos sistemas de saúde destes países.

Fonte: *Resumo Semanal, 20 de Abril de 2020*



2. Economia Real

- A retoma do crescimento da economia angolana poderá ser significativamente impactada pela Pandemia da COVID-19, o que poderá contribuir para o quinto ano consecutivo de recessão económica.
- As estratégias em curso de promoção do sector produtivo nacional têm impactado positivamente a concessão de crédito ao sector privado.

O PIB nominal atingiu 84.639,1 milhões USD em 2019.

O registo anual representa uma redução de 22.177 milhões USD em comparação a 2018, tal como a segunda diminuição consecutiva. Entre as componentes do PIB, destacam-se, as exportações que reduziram 6.208,7 milhões USD, tendo-se fixado em 35.180,1 milhões USD e as importações que deterioraram 3.588 milhões USD, para 22.299,3 milhões USD. Importa ressaltar que, o nível do PIB nominal corresponde ao menor dos últimos 9 anos.

O PIB registou uma contracção homóloga de 0,9%, em 2019. O desempenho reflecte uma moderação da recessão quando comparado com a taxa de -1,1% estimada para 2019, no OGE para 2020. Durante o ano transacto, o sector da pesca registou a maior contracção, ao variar -18%, um agravamento face a queda de 17,1% apurada no ano anterior. A deterioração da capacidade produtiva reflecte, principalmente, a dependência do exterior, que associada a contínua depreciação cambial pressiona as importações, e a diminuição do investimento no sector petrolífero.

O PIB real poderá contrair 1,21% no ano corrente, de acordo com as declarações da Ministra das Finanças.

A perspectiva reflecte o impacto da actual pandemia da COVID-19 sobre a economia nacional, em consequência da pressão sobre a oferta e a procura gerada pela necessidade de isolamento para minimizar a propagação da doença. A perspectiva do MINFIN representa uma

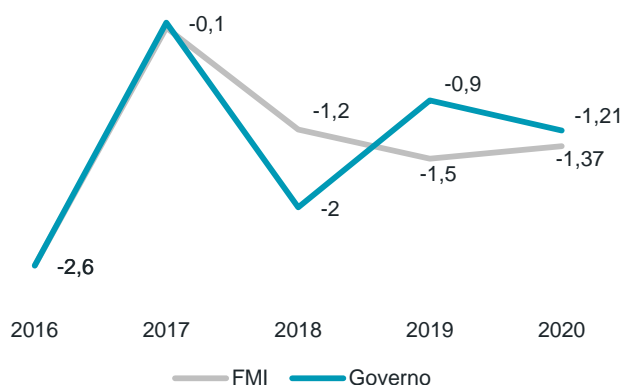
revisão em baixa, face a estimativa inicial de crescimento de 1,8%, divulgada no OGE 2020.

O Fundo Monetário Internacional estima uma contracção de 1,4% em 2020. A nova projecção representa uma revisão em baixa, de 2,6 p.p., face às estimativas apresentadas em Dezembro, que a concretizar-se, deverá representar a quinta contracção consecutiva.

O crédito ao sector privado em moeda nacional registou incremento trimestral de 0,75% nos primeiros três meses de 2020. O montante concedido fixou-se em 3.171,57 mil milhões Kz, uma variação homóloga de 19%, o que poderá reflectir o impacto da estratégia de promoção do crédito à economia desenvolvida pelo Governo. Por outro lado, o crédito ao sector público em MN (excluindo a Administração Central) aumentou 58,4% na comparação trimestral e 81,5% em termos homólogos, ao fixar-se em 152,99 mil milhões Kz. Referencia-se que o montante do crédito ao sector público total (excluindo a Administração Central) representou 4% do total dos Empréstimos por Sectores Institucionais e o montante destinado ao sector privado correspondeu a 71% do total.

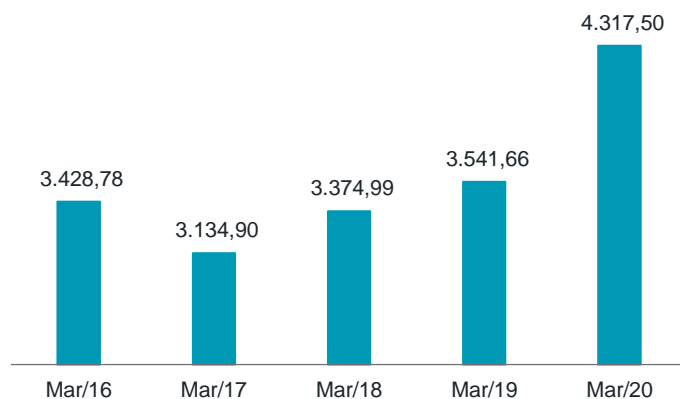
A unidade de inteligência do *The Economist* estima uma recessão de 2,6% em 2020. O registo representa uma deterioração de 0,4 p.p., pressionada, principalmente, pelo declínio do desempenho do sector petrolífero.

Gráfico 02 – Crescimento Económico (%)



Fonte: FMI (WEO Abril 2020); MINFIN – Revisão do Cenário Macroeconómico

Gráfico 03 – Crédito ao sector privado (Mil Milhões Kz)



Fonte: BNA – Estatísticas Monetárias e Financeiras



2.1. Sector Petrolífero

- O desempenho do sector petrolífero manteve a trajectória decrescente, no entanto, registou-se uma recuperação em comparação ao último trimestre de 2019.
- A pandemia da COVID-19 tem pressionado, de modo significativo, a cotação do crude, que durante o 1º trimestre de 2020 atingiu níveis mínimos, próximo aos registos de 2001.

O sector petrolífero registou **contração homóloga de 6,6% no IVº trimestre de 2019**. O desempenho da actividade de Extração e Refino de Petróleo reflecte uma melhoria de 2,1 p.p. em comparação ao registo de -8,7% referente ao IIIº trimestre de 2019. No entanto, a contribuição da actividade de Extração e Refino de Petróleo reduziu de 30% no IIIº trimestre de 2019 para 29% no IVº trimestre de 2019. Em termos anuais, a trajectória decrescente também é registada, com a quota do sector petrolífero a passar de 33% em 2018 para 31% em 2019.

As estimativas para 2020 apontam para uma **deterioração do sector petrolífero em 0,17%**. O nível reflecte uma revisão em baixa face a previsão de 3,4% apresentada no OGE 2020, resultante da Reprogramação Macroeconómica apresentada pelo MINFIN, em consequência do impacto da COVID-19 e os choques no sector petrolífero sobre o crescimento económico.

A **produção de crude referente ao 1º trimestre de 2020 apresentou uma ligeira recuperação**. Segundo, os dados das fontes secundárias da OPEP a produção média fixou-se em 1,39 milhões barris/dia no 1º trimestre de 2020,

um incremento de 38 mil barris/dia face ao período anterior. No entanto, o país continuou a produzir abaixo da quota de 1,48 milhões barris/dia prevista no acordo entre a OPEP e aliados. O MINFIN reviu em baixa a produção petrolífera estimada para o ano corrente, de um nível de 1,436 milhões barris/dia no OGE 2020 para 1,36 milhões barris/dia.

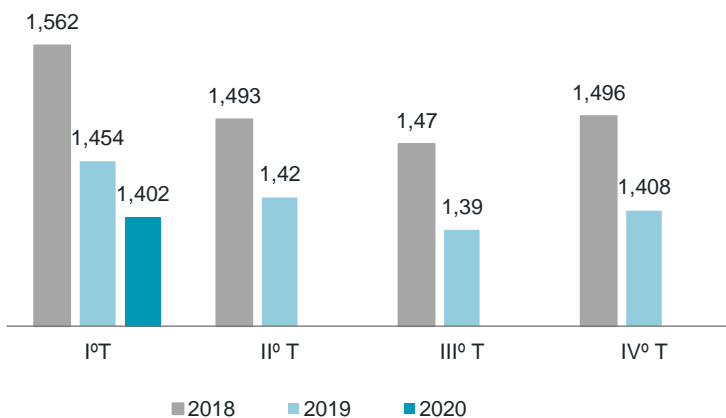
O preço internacional do petróleo do tipo Brent registou **redução trimestral de 65,55%, ao fixar-se em 22,74 USD/barril, no 1º trimestre de 2020**. A cotação do crude, que serve de referência às exportações de Angola, apresentou a maior redução trimestral dos últimos 30 anos, tendo o preço atingido menor nível trimestral desde o último trimestre de 2001, quando se fixou em 19,9 USD/barril. A menor procura por crude pressionada pela paralisação da actividade económica, devido a COVID-19, contribuiu para a deterioração da cotação da *commodity*, com algumas instituições a reverem em baixa a cotação do Brent para o ano corrente, com o caso do MINFIN que alterou a cotação de 50 USD/barril para 35 USD/barril; a Bloomberg perspectiva uma cotação de 37,71 USD/barril, e o FMI estima um preço de 37,87 USD/barril.

Gráfico 04 – Cotação do Brent (USD/barril)



Fonte: Bloomberg

Gráfico 05 – Produção Petrolífera (milhões barris/dia)



Fonte: OPEP - Segundo fontes secundárias



2.2. Sector Não-Petrolífero

- O sector não petrolífero manteve crescimento ascendente, o que reflecte as estratégias em curso de promoção dos sectores alternativos ao petrolífero.
- O crédito aos sectores não petrolíferos apresentou uma trajectória crescente, ao registar o quarto aumento consecutivo, o 1º trimestre de 2020. O sector do comércio destacou-se ao representar o principal destino do montante alocado.

O sector não petrolífero registou crescimento homólogo de 1,9% no IVº trimestre de 2019. O registo representa uma redução de 0,5 p.p. em comparação ao IIIº trimestre de 2019 e uma deterioração de 7,2 p.p. em relação ao período homólogo. Em termos anuais, o PIB não petrolífero cresceu 1,97% em 2019, que apesar de tendência positiva, representa uma redução em relação ao registo de 2,14% em 2018. O desempenho no último ano reflecte a variação positiva das actividades de “Transportes e Armazenagem” (9,0%), “Extracção de Diamantes, Minerais metálicos e não metálicos” (8,5%) e de “Electricidade e Água” (5,3%). Por outro lado, as reduções mais intensas corresponderam às actividades de “Pesca” (-18,0%), “Intermediação financeira e de seguros” (-7,3%) e de “Correios e telecomunicações” (-1,7%). No entanto, em termos de contribuições para o PIB não petrolífero, destacam-se as actividades de “Comércio” (19,4%), “Construção” (16,7%) e “Serviços Imobiliários e aluguer” (8,2%).

A estimativa do desempenho do sector não petrolífero fixou-se em -0,98% em 2020. A perspectiva consta da Reprogramação Macroeconómica apresentada pelo MINFIN, que representa uma revisão em baixa relativamente à perspectiva de 1,9% apresentada no OGE

2020, em que se destaca a manutenção da produção diamantífera em 10,175 milhões quilates, sendo que se reviu em baixa a perspectiva do preço por quilate em 38%, para 100,3 USD.

A quantidade de diamantes exportados fixou-se em 2,111 milhões de quilates no 1º trimestre de 2020. O montante representa uma redução trimestral de 10,1% e aumento homólogo de 2,9%, sendo que o preço médio atingiu 683,5 USD/quilate, um aumento trimestral de 84,1% e homólogo de 383,9%, que poderá reflectir a estratégia de reestruturação do sector mineiro em curso.

O crédito, por ramo de actividade, manteve crescimento ascendente, ao variar 3,3% no 1º trimestre de 2020. O crédito concedido (com a exclusão da actividade da Indústria Extractiva e Transformadora, que incluem a componente do sector petrolífero) fixou-se em 4.472,4 mil milhões Kz, um aumento mensal e homólogo de 2,2% e 20,8%, respectivamente, sendo que o registo inclui o impacto da desvalorização cambial. Os principais destinos do crédito foram as actividades de Comércio por grosso e a retalho (25,2%), Particulares (16,6%) e Construção (14,9%).

Gráfico 06 – Crédito por sectores da Economia (Mil Milhões Kz)

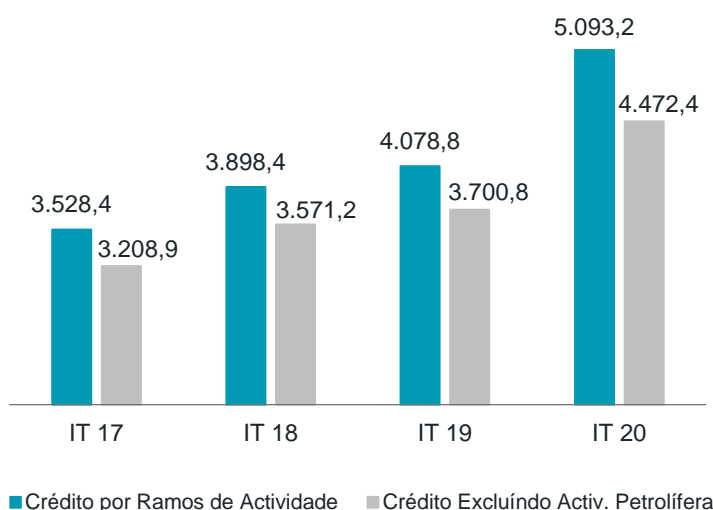
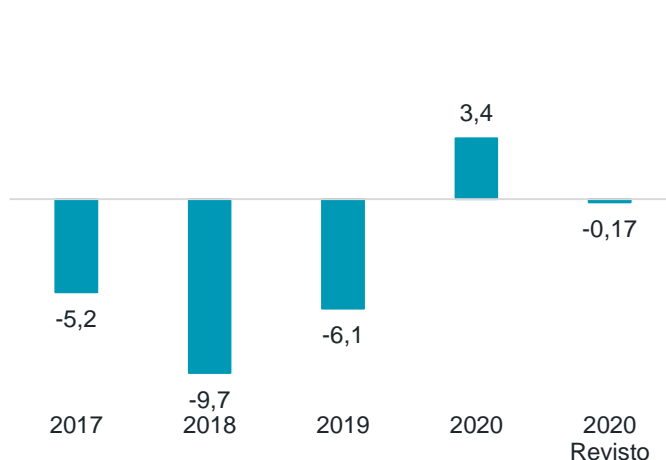


Gráfico 07 – Crescimento do Sector Não-Petrolífero (%)



3. Finanças Públicas

- O Saldo Orçamental poderá inverter a trajectória de superávites que tem sido registada desde 2018, em consequência das necessidades actuais de disponibilização de recursos para a mitigação dos impactos da COVID-19.
- A arrecadação de receitas fiscais petrolíferas e não petrolíferas, no 1º trimestre de 2020, registou incremento homólogo de aproximadamente 40%, tendo representado cerca de 20% do montante da arrecadação prevista para o ano.

A Dívida Pública poderá atingir 132,2% do PIB em 2020. Os dados avançados pelo FMI, no WEO de Abril, representa um incremento de 22,4 p.p. em comparação à perspectiva para 2019. O desempenho do endividamento deverá reflectir, essencialmente, o impacto da contínua desvalorização cambial e a manutenção do recurso à dívida pública para o financiamento da economia. O *The Economist* perspectiva um nível de endividamento público de 127,1% do PIB, um aumento anual de 18,4 p.p., resultado da necessidade de incremento dos recursos destinados à aquisição de equipamentos para o tratamento da Pandemia da COVID-19, diante da moderação da captação de recursos.

O Saldo Orçamental poderá fixar-se em -6,0% do PIB em 2020. O défice orçamental previsto representa uma inversão da trajectória de *superávites* registada nos dois anos anteriores, segundo dados do FMI, com o maior registo a corresponder a 2018, quando o *superavit* atingiu 2,2% do PIB. A unidade de estudos do *The Economist* perspectiva um nível orçamental de -7,6% do PIB em 2020, que representa uma inversão em comparação ao *superavit* de 0,4% do PIB apurado em 2019. O registo apontado pela EIU, relativamente ao ano corrente, representa uma variação das receitas fiscais em termo do PIB, de 32,4% em 2019 para 25,0% em 2020, o que poderá reflectir uma redução da arrecadação de receitas

fiscais diante da significativa deterioração da cotação internacional do crude, sendo que as receitas fiscais petrolíferas representam aproximadamente 30% das receitas totais. Por outro lado, as despesas poderão registar aumento de 31,9% do PIB em 2019 para 32,6%, suportadas pela crescente necessidade de aquisição de recursos que permitam o combate contra a COVID-19.

O pacote de estímulos à economia para minimizar os impactos da COVID-19 poderá fixar-se em 589,65 mil milhões Kz. O montante divulgado pelo Governo representa cerca de 1,4% do PIB previsto para 2020 e exerce pressão sobre a perspectiva de *superavit* de 1,2% do PIB em 2020, que segundo dados do OGE 2020, poderia representar o terceiro ano consecutivo de *superavit*.

A arrecadação fiscal petrolífera fixou-se em 1.357,82 mil milhões Kz, no 1º trimestre de 2020. O registo representa um incremento trimestral de 20% e homólogo de 43%. O montante arrecadado no 1º trimestre de 2020 representa cerca de 24% do total de Receitas Fiscais Petrolíferas prevista no OGE 2020. Em termos de receitas fiscais não petrolíferas, destaca-se que o total do 1º trimestre fixou-se em 591,7 mil milhões Kz, que representa aproximadamente 23,5% da arrecadação prevista no OGE 2020.

Tabela 01 - Medidas de Suporte à Tesouraria e Promoção de Investimento

Proponente	Montante em MM Kz	Peso (%)	% PIB previsto 2020	Finalidade da medida	
				Apoio à tesouraria	Investimento real
BAD	26,40	4,5%	0,1%	Aquisição de produtos a operadores nacionais	
	13,50	2,3%	0,0%	Aquisição de produtos às cooperativas	
	0,75	0,1%	0,0%	-	Modernização de 15 cooperativas por província
FADA	15,00	2,5%	0,0%	-	Financiamento da actividade agropecuária familiar
FACRA	4,00	0,7%	0,0%	-	Reforço do capital das instituições de Microcrédito
	3,00	0,5%	0,0%	-	Participação no capital próprio de cooperativas
BNA	100,00	17,0%	0,2%	Aquisição de OTNR das MPE's	-
	100,00	17,0%	0,2%	Linha de crédito P/ garantia do salário de Abril	-
	327,00	55,5%	0,8%	-	Financiamento do PRODESI
Total	589,65	100%	1,4%	-	-

Fonte: Research ATLANTICO com base no Decreto Presidencial nº 98/20 de 9 de Abril e no Instrutivo nº 06/2020 de 06 de Abril do BNA.



4. Inflação

- O início do ano lectivo aliado a actualização dos preços das propinas e emolumentos do ensino superior contribuíram para a manutenção da tendência ascendente da inflação durante o 1º trimestre de 2020.
- Os preços grossistas seguiram tendência crescente no 1º trimestre de 2020 ao registarem um aumento trimestral de 1,56 p.p., situando-se em 20,48%.

A taxa de inflação média (tendo como referência os preços de Luanda) registada ao longo dos primeiros três meses do ano fixou-se em 1,67%. O nível representa uma aceleração de 0,1 p.p. face ao trimestre anterior, tal como o maior nível desde o terceiro trimestre de 2018, reflexo, essencialmente, da aceleração dos preços da Classe 10. Educação (1,2 p.p.). O início do ano lectivo aliado a aprovação, por parte do Ministério das Finanças, do ajustamento do valor das propinas e emolumentos referentes ao ano lectivo do ano corrente em todas as Instituições Privadas do Ensino – ensino de base, médio e universitário – de até 13% sobre os preços praticados em 2019. Importa ressaltar que apenas a classe de Educação (+1,2 p.p.), Comunicação (+0,2 p.p.), e Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis (+0,3 p.p.) seguiram tendência durante o período em análise, sendo que as restantes seguiram em queda.

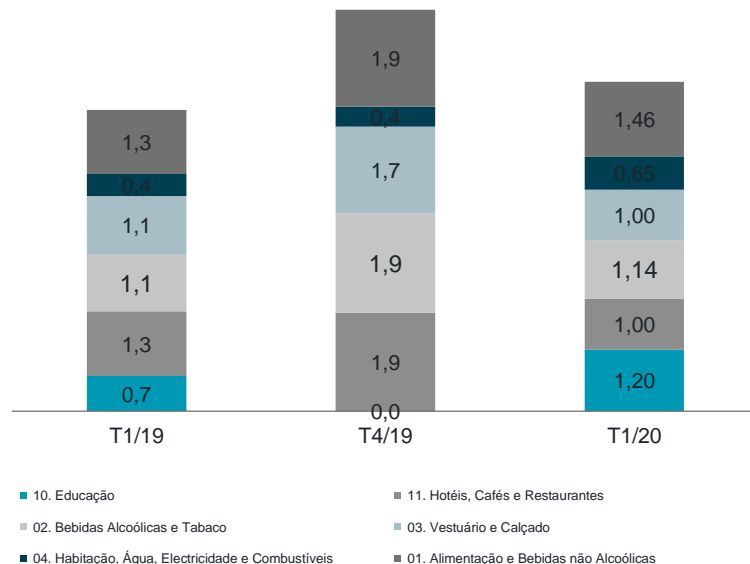
A inflação homóloga acelerou para 19,03% no 1º trimestre. A variação do IPC no 1º trimestre acelerou 1,97 p.p. em relação ao período anterior e 1,48 p.p. quando comparado com o mesmo período de 2018. As projecções apresentadas pelas diferentes instituições nacionais e internacionais sugerem que o nível de inflação para o ano corrente se situe acima dos 20%. O FMI projecta uma taxa de inflação de 20,7% para o ano corrente, uma revisão em alta face a projecção apresentada em Outubro que apontava para 15%. A semelhança, o Ministério das Finanças alerta para a possibilidade do país registar uma inflação ligeiramente acima dos 25% inicialmente previsto. A aceleração dos preços deverá reflectir a diminuição na arrecadação de receitas, devido a queda da cotação internacional do crude, o que deverá se reflectir sobre a aceleração da taxa de câmbio e consequentemente o nível de preços.

Os preços grossistas seguiram tendência crescente ao registarem um aumento trimestral de 1,56 p.p.. O índice de preços grossistas fixou-se em 245,45 pontos, que corresponde a um incremento homólogo de 20,48% e mensal de 1,89%. O desempenho reflecte uma aceleração de 1,56 p.p. e 0,23 p.p., em comparação ao período anterior, respectivamente. Durante o período em análise assistiu-se a um aumento do nível de especulação dos preços de material de protecção à

COVID-19 tal como produtos da cesta básica, em resultado a maior procura por estes bens numa fase de em que o país começou a registar os primeiros casos de contaminação pela COVID-19.

Os preços dos produtos importados continuam a exercer maior contribuição sobre a inflação global grossista. Durante o 1º trimestre, os preços dos produtos importados contribuíram com cerca de 75% na inflação global, sendo o remanescente, contribuição dos produtos nacionais. A manutenção do peso dos produtos importados sobre a inflação global ressalta a necessidade de aceleração do processo de diversificação da economia, dando privilégio a produção nacional em detrimento dos produtos importados.

Gráfico 08 – Taxa de inflação por classe (%)



Fonte: INE



5. Indicadores Monetários

- O agregado monetário M2, que avalia a liquidez da economia ascendeu os 10.052,48 mil milhões Kz nos primeiros três meses do ano.
- O indicador de liquidez da economia - analisado pelo rácio reservas livres sobre a Base Monetária MN – fixou-se em 13% em Março de 2020.

A variável operacional da política monetária do BNA (Base Monetária MN) recuou 3% no 1º trimestre de 2020. A variável fixou-se em 1.538,11 mil milhões Kz em Março de 2020, uma redução de cerca de 3% face ao trimestre anterior, resultado da diminuição dos depósitos obrigatórios em moeda nacional em 8% para 847.698 milhões Kz, e das notas e moedas em circulação, em 9%, para 492.934 milhões Kz. Mas, em termos agragados, a Base Monetária registou um incremento trimestral de 2%, ao fixar-se em 2.334,67 mil milhões Kz.

O agregado monetário M2, que avalia a liquidez da economia, ascendeu os 10.052,48 mil milhões Kz nos primeiros três meses do ano. O nível representa um aumento de 3% quando comparado ao IVº trimestre de 2019, influenciado pelo aumento do agregado monetário M1, em 6% – constituído pelas Notas moedas em poder do público (-12%) e os depósitos à ordem (+8%). Por outro lado, destaca-se que parte do crescimento do M2 reflecte, também o efeito da depreciação cambial, uma vez que se considerarmos apenas a componente em moeda nacional, verificamos uma redução de 3% durante

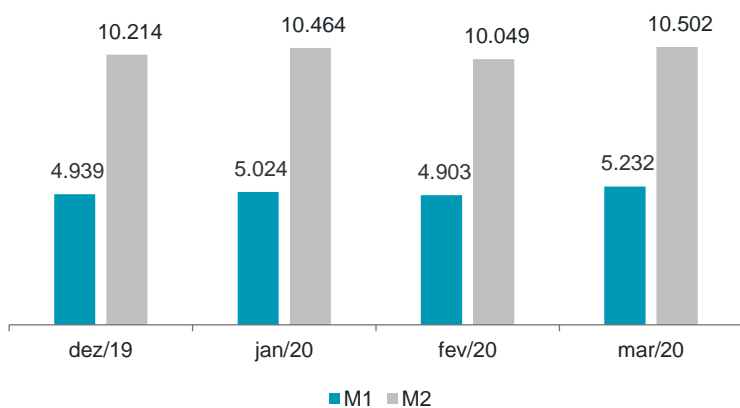
o mesmo período.

O montante de depósito a prazo, em moeda nacional, apurado no 1º trimestre de 2020 fixou-se em 1.511,81 mil milhões Kz. O nível representa menos 134.825 milhões Kz quando comparado ao período anterior, tal como a segunda queda trimestral consecutiva. No entanto, importa ressaltar apenas perto de 11% poderá ter sido revertido em D.O, sendo que o remanescente não se reflectiu sobre as notas e moedas em poder do público, que reduziram 49.406 milhões Kz.

O indicador de liquidez da economia - analisado pelo rácio reservas livres sobre a Base Monetária em MN – fixou-se em 13% em Março de 2020. O registo representa um aumento trimestral de 5 p.p., justificado pela variação das reservas livres em cerca de 61%, o que sugere uma maior cautela no sector com os potenciais ajustamentos de liquidez no mercado em função das condições desafiantes da economia e da conjuntura caracterizada por fortes incertezas quanto à evolução económica durante o ano corrente.

Gráfico 9 – Agregados Monetários

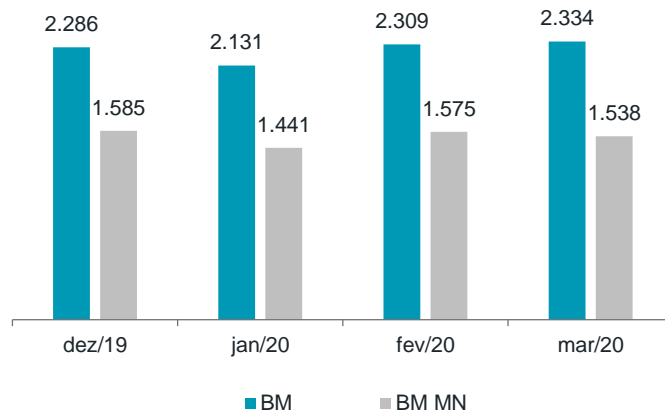
(Mil Milhões Kz)



Fonte: BNA

Gráfico 10 – Base Monetária em Moeda Nacional

(Mil Milhões Kz)



Fonte: BNA



6. Política Monetária

- O BNA decidiu disponibilizar um programa de Quantitative Easing, que consiste na aquisição de Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis detidas pelas pequenas e médias empresas do sector não financeiro.
- O Comité de Política Monetária do BNA decidiu reduzir a taxa de facilidade permanente de absorção de liquidez, com maturidade de sete dias, de 10% para 7%.

A Taxa BNA manteve-se em 15,5% na reunião de 27 de Março de 2020. A decisão foi justificada pelo comportamento da moderação do aumento dos preços, não obstante, a variável operacional da política monetária – a Base Monetária em MN– ter crescido mais de 9,26%, em Fevereiro do ano corrente. Na mesma sessão, a taxa de juro de facilidade permanente de absorção de liquidez, com maturidade *Overnight* manteve-se em 0%, ao mesmo tempo que se manteve constante os coeficientes de reservas obrigatórias em moeda nacional e estrangeira em cerca de 22% e 15%, respectivamente.

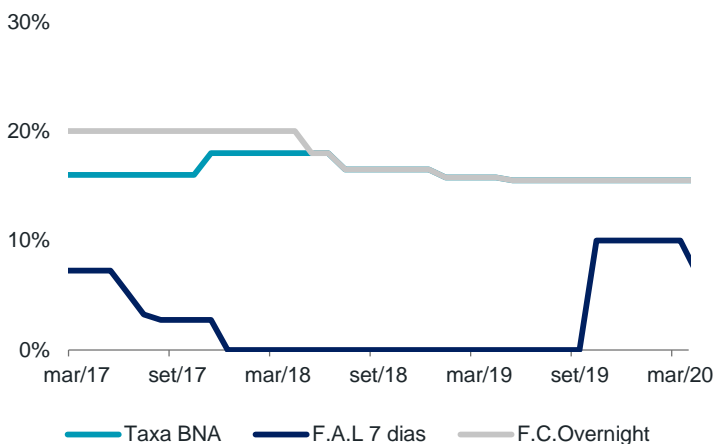
O CPM isentou os limites de liquidação por instrumento por instrumento para importação de bens da cesta básica alimentiar e medicamentos. A decisão visa facilitar o abastecimento do mercado interno em termos de bens de primeira necessidade, e apoiar a aquisição de medicamentos para auxiliar os desafios impostos pela COVID-19. Adicionalmente, decidiu-se alargar para os 54 produtos do PRODESI o crédito com recurso às reservas obrigatórias e o número mínimo de operações de crédito a conceder por banco.

Paralelamente, o CPM também decidiu reduzir a taxa de facilidade permanente de absorção de liquidez, com maturidade de sete dias, de 10% para 7%. A medida enquadra-se na estratégia do Governo que visa mitigar os

efeitos económicos da propagação da COVID-19 sobre a economia nacional. Assim sendo, a redução da referida taxa deverá reconduzir a actuação dos bancos comerciais no domínio do crédito, ou seja, quanto menor for os juros pagos pelo BNA na absorção de liquidez, maior será a aplicação destes recursos noutros negócios, como a concessão de crédito.

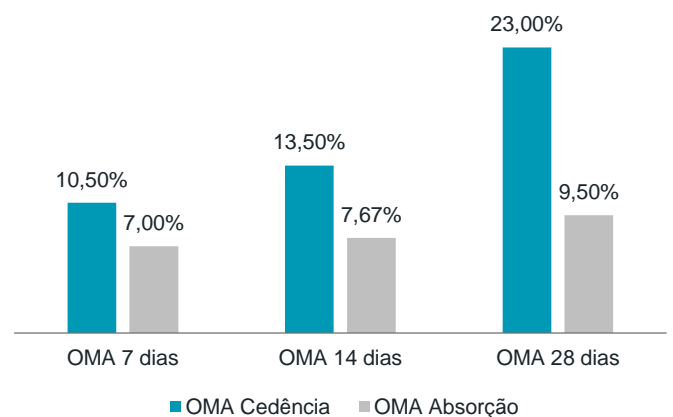
O BNA disponibilizou uma linha de liquidez para dar suporte ao sector produtivo. A estratégia visa, segundo o Instrutivo nº 06/2020 de 06 de Abril, permitir que as pequenas e médias empresas transformem determinadas Obrigações do Tesouro dos seus balanços em liquidez imediata, o que deverá contribuir na facilitação da gestão de tesouraria durante este período de menor actividade, devido a propagação da COVID-19. São elegíveis os títulos que: *i)* foram adquiridos em 2019/2020; *ii)* que não tenham sido dados como garantias dos créditos concedidos pela banca comercial; *iii)* maturidade residual até 4 anos; *iv)* a *yield* até a maturidade seja igual ou superior a 18%, ou, não sendo, o BNA deverá adquirir a desconto os títulos para assegurar uma *yield* até a maturidade mínima de 18%; e *v)* Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis. Importa ressaltar que, o montante máximo estabelecido por empresa fixou-se em 100 milhões Kz.

Gráfico 11 - Taxas de Juro de referência (%)



Fonte: BNA

Gráfico 12 – Taxa de Juro OMA| Março 2020



Fonte: BNA



7. Mercado Monetário

- As operações de permuta de liquidez entre os bancos comerciais situaram-se em 2.013,65 mil milhões Kz no 1º trimestre de 2020.
- A autoridade monetária absorveu liquidez mediante Operações de Mercado Aberto no montante de 460.207,20 milhões Kz no 1º trimestre de 2020.

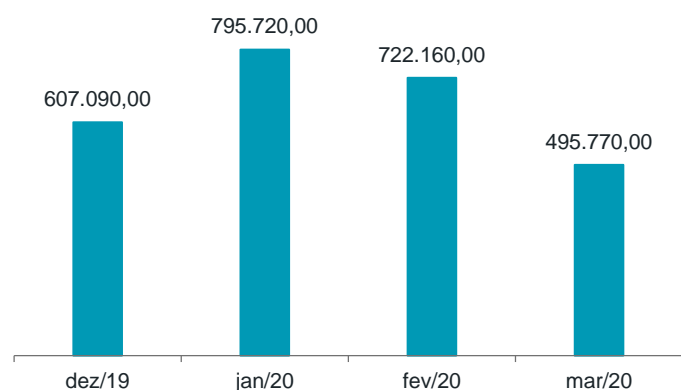
As operações de permuta de liquidez entre os bancos comerciais situaram-se em 2.013,65 mil milhões Kz no 1º trimestre de 2020. O montante representa um incremento trimestral de 65%, sustentado pela manutenção da política monetária restritiva por parte do BNA, apesar do ligeiro relaxamento, o que gerou uma maior necessidade de liquidez por parte dos bancos, com efeitos sobre o comportamento das taxas de juro de curto prazo.

As taxas Luibor negociadas no mercado monetário interbancário – que traduzem o custo de captação de liquidez no MMI – seguiram tendência decrescente na generalidade das maturidades ao longo do 1º trimestre de 2020. O destaque recai sobre a Luibor *Overnight* que durante o período em análise reduziu cerca de 5,28 p.p., ao fixar-se em 17,20%. Paralelamente, a Luibor 9 meses registou aumento de 0,48 p.p., ao situar-se em 19,72%. Importa destacar que a Luibor *Overnight* fixou-se acima da taxa de Facilidade de Cedência *Overnight* (FCO), o que poderá sugerir, que durante o período em análise foi mais barato para os bancos comerciais captarem liquidez junto do BNA, pela via (FCO), em detrimento do MMI.

A autoridade monetária absorveu liquidez mediante OMA no valor de 460.207,20 milhões Kz no 1º trimestre de 2020. O desempenho reflecte uma redução trimestral de aproximadamente 1,29%, o que por um lado, sinaliza a orientação da política monetária, e por outro, reforça o compromisso do Banco Central enquanto responsável pela estabilização dos preços na economia. Adicionalmente, destaca-se o facto de que durante o período em análise, o BNA cedeu, pela primeira vez na sua série história, liquidez nos primeiros três meses do ano, o que correspondeu a um montante global de 104.554 milhões Kz.

As operações de facilidade permanente de absorção de liquidez reduziram 77% nos primeiros três meses do ano corrente. Durante o período em análise, o montante absorvido pelo BNA fixou-se em 14.500 milhões Kz. Inversamente, o montante apurado com as operações de facilidade permanente de cedência de liquidez situou-se em 32.303,36 milhões Kz, uma redução trimestral de 54%. Em termos líquidos o BNA cedeu mais do que absorveu, no primeiro trimestre.

Gráfico 13 – Operações de permuta de liquidez (Milhões Kz)



Fonte: BNA

Tabela 02 – Taxa de Juro MMI

Luibor	out/19	nov/19	dez/19	jan/20	fev/19	mar/20
<i>Overnight</i>	14,91%	26,47%	22,48%	19,98%	20,19%	17,20%
1 Mês	15,16%	17,21%	19,53%	19,73%	19,92%	18,98%
3 Meses	15,31%	17,54%	19,66%	19,76%	19,87%	18,83%
6 Meses	15,96%	18,17%	19,19%	19,75%	19,83%	19,05%
9 Meses	16,28%	18,59%	19,24%	20,11%	20,56%	19,72%
12 Meses	16,61%	19,05%	20,55%	21,20%	21,35%	20,47%

Fonte: BNA



8. Sector Externo

- A *Balança de Pagamento* registou saldo positivo em 2019, após dois anos consecutivos de défice, reflexo da moderação do défice da *Conta de Capital e Financeira*.
- A *captação de Investimento Directo Estrangeiro* ao longo do ano de 2019 registou uma aceleração de aproximadamente 39% em relação ao ano transacto.

O saldo da *Balança de Pagamento* apurado em 2019 fixou-se em 988,9 milhões USD. O desempenho representa uma inversão do défice registado nos últimos dois anos, o que poderá reflectir a melhoria do défice apurado na *Conta de Capital e Financeira*, sendo que o saldo da *Conta Corrente* e *Erros e Omissões* apresentou uma deterioração. Em termos de percentagem do PIB, a BP passou de -0,5% do PIB em 2018 para 1,2% do PIB em 2019. Relativamente, a *Conta de Capital e Financeira*, o indicador passou de -7,3% do PIB para -3,8% do PIB, o que reflecte a redução do défice do *Investimento Directo Estrangeiro líquido* e dos *Outros Capitais*.

As exportações petrolíferas realizadas no 1º trimestre de 2020 permitiram a arrecadação de 7.740,25 milhões USD, um aumento de 6,3% face ao período anterior. O montante resulta da exportação de 124,78 milhões barris a um preço médio de 62,03 USD/barril, com o primeiro a aumentar 6,7% e o segundo a reduzir 0,4%. Entretanto, durante o período em análise, as exportações diamantíferas fixaram-se em 2,111 milhões de quilates, o equivalente a uma redução de 10% face ao último trimestre de 2019. Destaca-se que segundo a OPEP em

Março, o país exportou para a China cerca 940 mil barris que representa aproximadamente 9,7% do total importado pelo país asiático durante o terceiro mês do ano.

As Reservas Internacionais inverteram tendência ascendente apurada no último trimestre de 2019.

Durante o 1º trimestre as *Reservas Internacionais Brutas e Líquidas* apresentaram reduções de 5% e 7%, ao situarem-se em 16.419 e 10.939 milhões USD, respectivamente. Segundo, o BNA o montante das RIB's permitiriam a cobertura de 8,34 meses de importação de bens e serviço, uma diminuição quando comparado com os 8,45 meses registados no final do ano transacto.

O *Fundo Monetário Internacional* perspectiva para o ano corrente um défice de 6,7% do PIB na *Conta Corrente*. A confirmar-se o nível representará uma inversão face ao *superavit* apurado nos dois anos anteriores, o que poderá reflectir os possíveis constrangimentos na exportação de petróleo devido a redução do consumo associada a paralisação da actividade económica em diversos países com a propagação da COVID-19.

Tabela 3: Balança de Pagamentos 2012-2019 (Milhões USD)

Descrição	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Conta Corrente	13 841,2	8 145,1	-3 747,5	-10 272,8	-3 085,2	-632,9	7 402,6	5 137,4
Saldo da Conta de Bens	47 389,4	41 915,5	30 589,6	12 488,6	14 548,4	20 150,2	24 959,9	20 598,5
Exportações f.o.b.	71 093,3	68 246,5	59 169,9	33 181,1	27 588,9	34 613,5	40 757,8	34 725,6
Importações f.o.b.	-23 703,8	-26 331,0	-28 580,3	-20 692,5	-13 040,5	-14 463,2	-15 797,8	-14 127,1
Serviços (Liq)	-21 364,3	-21 746,4	-23 276,3	-16 020,1	-11 905,6	-12 808,7	-9 458,4	-7 717,7
Rendimentos (Liq)	-10 421,8	-9 900,1	-8 849,9	-5 907,5	-5 273,7	-7 505,6	-7 829,5	-7 516,3
Rend. Secundários (Liq)	-1 762,2	-2 124,0	-2 210,9	-833,8	-454,2	-468,7	-269,4	-227,1
Conta de Capital e Financeira	260,9	-3 971,9	3 657,3	8 446,8	5 293,4	-4 151,4	-7 764,2	-3 216,7
Conta de Capital	3,9	0,6	1,6	6,3	0,6	2,6	2,9	2,0
Conta Financeira	257,1	-3 972,5	3 655,7	8 440,5	5 292,8	-4 154,1	-7 767,1	-3 218,7
Erros e Omissões	-9 975,7	-4 387,3	-3 829,5	-1 209,6	-1 804,6	-118,4	-158,0	-931,8
Balança Global	4 126,4	-214,1	-3 919,7	-3 035,7	403,7	-4 902,7	-519,6	988,9

Fonte: BNA



9. Mercado Cambial

- As empresas do Sector de Petróleo e Gás venderam aos bancos comerciais mais de 815 milhões USD ao longo do 1º trimestre de 2020, o que contribuiu para a maior liberalização do mercado e aumento da oferta de divisas.
- A moderação da depreciação da moeda nacional caracterizou o desempenho do Kwanza durante os primeiros três meses de 2020, com a moeda a depreciar menos de 10%.

A retoma da actuação das empresas petrolíferas caracterizou-se pela colocação de cerca de 815 milhões USD. Os bancos comerciais compraram directamente das petrolíferas cerca de 815 milhões USD, com a entrada em vigor do instrutivo do BNA que autoriza a compra de divisas ao sector de petróleo e gás, por parte dos bancos comerciais. Durante o período em análise realizaram-se cerca de 264 operações, resultante uma taxa de câmbio média (no final do período) de 521,073 Kz por unidade de dólar. Importa ressaltar, que as transacções foram efectuadas exclusivamente na moeda norte-americana, com excepção do mês de Janeiro em que se efectivou duas operações em EUR, tendo o montante transaccionado situado-se em 95 mil EUR.

A oferta de divisas do BNA reduziu 31% em relação ao último trimestre de 2019. O montante comercializado pelo BNA ao longo do 1º trimestre atingiu cerca de 1.715,67 milhões USD que representa uma redução de 31% face ao período anterior e 20% em relação ao 1º trimestre de 2019, ressaltando que corresponde ao menor montante disponibilizado nos primeiros três meses desde 2016. A diminuição da oferta, por parte do BNA, poderá reflectir por um lado, a operacionalização das vendas das empresas do sector petrolífero, e por outro lado, a moderação da necessidade de divisas resultante da melhor afectação da moeda estrangeira, e/ou a redução das Reservas Internacionais.

A taxa de câmbio resultante das operações cambiais realizadas com o BNA registou depreciação de 10% em relação ao dólar norte-americano. O dólar encerrou o 1º trimestre de 2020 com uma cotação de 536,680 Kz por unidade da moeda, o que reflecte uma depreciação de 10% em relação ao período anterior. No entanto, a depreciação apurada corresponde a uma moderação de 12 p.p. face a perda do valor do Kwanza verificada no último trimestre de 2019. Destaca-se que ao longo dos primeiros três meses de 2020, a moeda nacional chegou a apreciar cerca de 1%, no mês de Fevereiro. Relativamente, a moeda única europeia, o Kwanza depreciou 8%, uma moderação de aproximadamente 16 p.p., no mesmo período.

No mercado secundário, a taxa de câmbio seguiu a mesma tendência. A taxa de câmbio praticadas pelos bancos comerciais nas operações com os cliente, encerrou o 1º trimestre numa média de 518,400 Kz por unidade de

dólar, acima da média de 508,757 Kz por unidade de dólar praticada pelo BNA. Assim sendo, o *spread* por unidade de dólar fixou-se em 9,643 Kz. No mercado secundário, o Kwanza perdeu cerca de 4% do seu valor, de Janeiro a Março.

O mercado informal continua a representar uma alternativa para a realização de algumas negociações. O 1º trimestre de 2020 caracterizou-se pela apreciação do Kwanza face ao dólar no mercado informal. A taxa de câmbio passou de 630 Kz por unidade de dólar, em Dezembro de 2019, para 590 Kz por unidade de dólar em Março de 2020, o que resulta numa apreciação de 7%.

Gráfico 14 – Vendas de Divisas (Milhões USD)

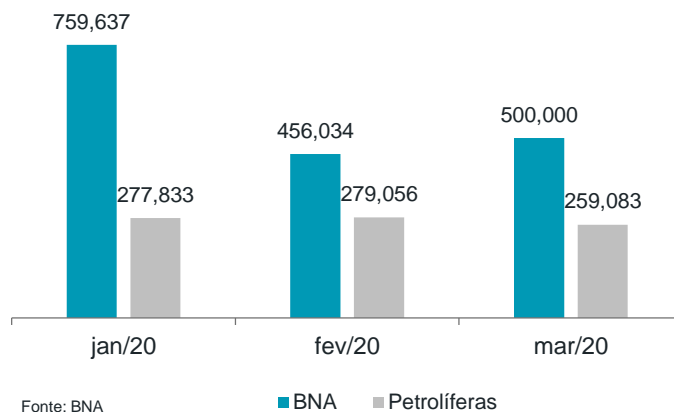
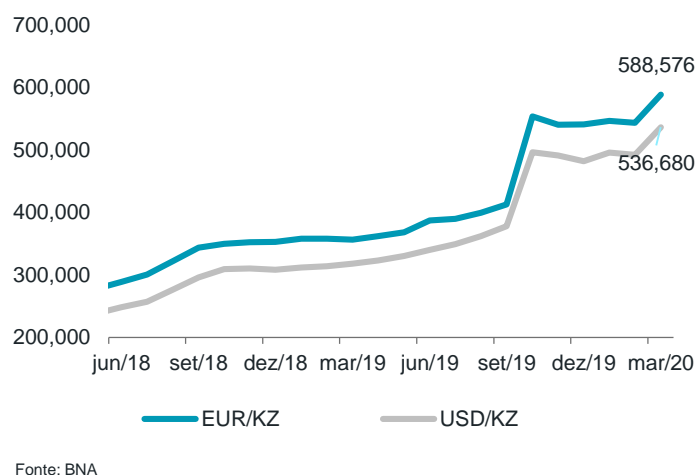


Gráfico 15 – Taxa de Câmbio



10. Mercado de Capitais

- O 1º trimestre de 2020 caracterizou-se pela moderação das negociações de dívida pública no mercado primário e maior dinamização das transações no mercado secundário.
- No mercado internacional, a dívida soberana esteve a ser transaccionada abaixo do par, com as yields dos Eurobonds a ultrapassarem os 30% .

O mercado primário caracterizou-se pela maior apetência por títulos de curto prazo. Durante o 1º trimestre do ano corrente, a procura por Bilhetes do Tesouro fixou-se em 66% da oferta total, ao situar-se em 35,425 mil milhões Kz. Paralelamente, a procura por OT-NR e OT-ME representou 1% e 63% da oferta global, paralelamente. Em termos médios, o rácio de cobertura registou uma desaceleração, de 53% no último trimestre de 2019 para 43% nos primeiros três meses de 2020, reflexo das restrições de liquidez registadas no período em análise.

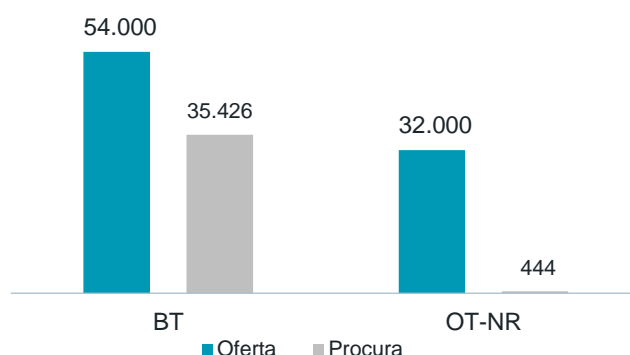
Contrariamente, no mercado secundário assistiu-se a um maior aprofundamento. O montante de dívida pública negociado, durante o 1º trimestre de 2020, fixou-se em 288,126 mil milhões Kz, que representa um aumento de 24% em relação ao período anterior. A manutenção do processo de depreciação da moeda aliada a necessidade de liquidez poderá justificar a tendência apurada no período em análise. O Ambiente Multilateral foi responsável pela movimentação de aproximadamente 96% do montante global, um incremento de 6 p.p. face ao período anterior, sendo o remanescente resultante das transações no Bilateral.

A negociação de instrumentos de curto prazo reduziram 54%. O montante negociado em Bilhetes do Tesouro nos primeiros três meses do ano corrente situou-se em 997,475 milhões Kz, uma queda de 54% face ao período anterior. Paralelamente, as Obrigações do Tesouro apresentaram um aumento de 25%, com realce para as Obrigações do Tesouro Não Reajustáveis que passaram de 37,413 mil milhões Kz, no último trimestre de 2019, para 73,018 mil milhões Kz no 1º trimestre de 2020. Por sua vez, as OT-TXC registaram um aumento de 12%, apesar de representarem perto de 100% do total.

A moderação da liquidez contribuiu para que o Tesouro Nacional aumentasse o benefício dos Títulos do Tesouro. A necessidade de atracção de liquidez através dos Títulos do Tesouro reflectiu-se no aumento das taxas de juros praticadas no mercado primário, com os BT's a 182 dias a chegarem a pagar 16,50%, no 1º trimestre, sendo que no período anterior a remuneração do mesmo título situou-se em 12%. A mesma tendência foi apurada nas OT-NR a 1,5 anos, que durante os primeiros três meses do ano chegaram a pagar 21,25%, contra os 20% anteriores.

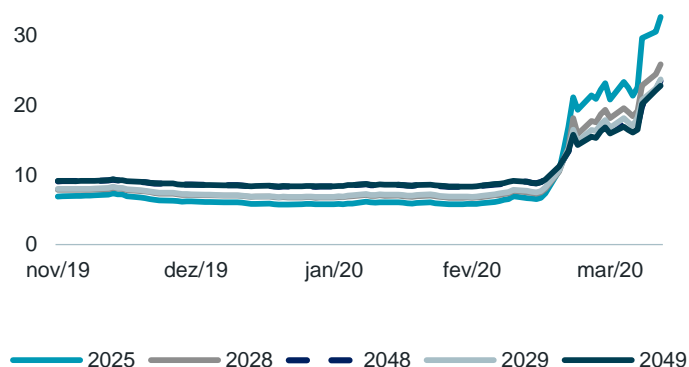
No mercado internacional, os Eurobonds foram transaccionados abaixo do par. A queda significativa da cotação internacional do crude penalizou as expectativas dos investidores internacionais que procuravam desfazer-se da dívida soberana, o que reflectiu-se sobre o aumento das yields, para níveis superiores a 30%. O aumento da yield deverá impactar a capacidade de negociação do país nas emissões futuras. Destaca-se que ao longo do ano de 2019, as yields dos Eurobonds não superaram os 11%.

Gráfico 16 – Títulos do Tesouro 1º trimestre 2020| Mercado Primário



Fonte: Unidade de Gestão da Dívida Pública, valores em Milhões Kz

Gráfico 17 – Yield dos Eurobonds (%)



Fonte: Bloomberg



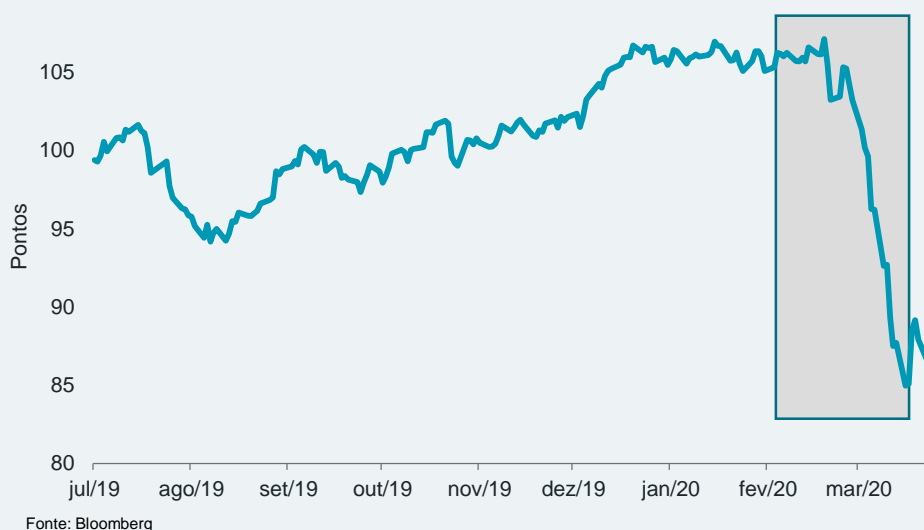
O FINANCIAMENTO NOS MERCADOS DE CAPITAIS

A pandemia da COVID-19 penalizou o financiamento no mercado de capitais local para os Governos da África Subsaariana, com diversos leilões de títulos falhados, resultante do ambiente de elevado risco e incerteza. A Zâmbia, o Gana e o Zimbábue não conseguiram encontrar compradores para montantes direccionados, enquanto a África do sul recusou algumas ofertas na venda de títulos indexados à inflação.

Os rendimentos dos títulos são importantes porque orientam o custo de dívida que os Governos poderão registar em emissões futuras, ou seja, a remuneração que os investidores irão exigir para adquirir novas emissões de Eurobonds.

Durante o 1º trimestre do ano corrente, o AFMI Bloomberg *African Bond Index* (ABABI) fixou-se em 89,122 pontos que representa uma redução de 16,43% face ao período anterior, tal como o menor nível desde o último trimestre de 2018. O ABABI é um índice que acompanha o desempenho dos títulos do tesouro das principais economias africanas e foi desenvolvido em 2014 pelo *African Development Bank* através da *African Financial Markets* e a *Bloomberg*. Por via do ABABI, os investidores possuem uma ferramenta confiável para medir e acompanhar o desempenho dos títulos de África. O índice inclui os títulos do Egipto, Quênia, Nigéria e África do sul. Em Outubro de 2015, foram adicionados o Botswana e a Namíbia. Posteriormente, em Abril, de 2017 juntaram-se o Gana e a Zâmbia.

AFMI BBG African Bond – Last Price



O desempenho do ABABI reflecte um aumento dos custos de empréstimos, e acontece numa fase em que os países preparam-se para adoptar um conjunto de respostas fiscais para proteger as suas economias dos efeitos da propagação da COVID-19. Com a possibilidade de um aperto no financiamento, suportado pela paralisação da actividade económica os investidores tornam-se mais cautelosos nos investimentos de risco - como é o caso da dívida soberana africana - direccionando os recursos para activos mais seguros.

Numa das sessões realizadas no mês de Março, a venda de 1,1 mil milhões de kwacha (64,2 milhões USD) em títulos na Zâmbia recebeu propostas abaixo da metade do valor. No mesmo dia, o Gana conseguiu colocar apenas 50% de uma meta de 1 mil milhões de cedi (171 milhões USD) de títulos de cinco anos.

Adicionalmente, o Zimbabué não conseguiu encontrar compradores para mais da metade dos seus 200 milhões USD em títulos do tesouro a 180 dias. Por outro lado, a África do sul vendeu apenas cerca de 71,6% dos 1.040 milhões de rands de títulos indexados à inflação, tendo rejeitado proposta de 520 milhões de rands por considerar muito elevadas.

O Fundo Monetário Internacional revela que o endividamento na África Subsaariana durante o ano de 2020 poderá registar uma aceleração de 5,8 p.p., para 55,9% do PIB. Entretanto, ressalta-se que grande parte dos países poderão apresentar desafios no processo de negociação dos financiamentos, correndo a possibilidade de depararem-se com situações menos favoráveis.



O MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS ANGOLANO

Os dados revelados até ao 1º trimestre de 2020 revelavam a existência de 88 *players* a actuarem no mercado de valores mobiliários angolano, sendo 24 bancos, 22 OIC, 20 Peritos Avaliadores de imóveis de OIC, 9 Auditores Externos, 8 Sociedades Gestoras de OIC, 3 Sociedades Corretoras de Valores Mobiliários, 1 Sociedades Gestoras de Mercados Regulamentares e 1 Entidade Certificadora de Peritos Avaliadores de Imóveis. Destaca-se que no final de 2019 o país contava com 85 *players*.

No 1º trimestre de 2020 o volume de negociação na BODIVA fixou-se em 288,126 mil milhões Kz, com as Obrigações do Tesouro indexadas à taxa de câmbio a representarem o valor mobiliário com o maior peso nas negociações, mais de 70% do total negociado.

A análise da participação na BODIVA por tipologia de comitentes revela que durante os primeiros três meses de 2020, 57% das compras foram realizadas pelos bancos, enquanto os particulares realizaram 12% e as empresas ligadas ao comércio efectuaram 7%. O montante distribuídos pelos restantes segmentos fixou-se abaixo dos 5%.

Paralelamente, as vendas resultaram da oferta de 39% dos bancos, 14% dos particulares e 12% das empresas de Construção civil.

Relativamente, aos Organismos de Investimento Colectivo, as Sociedades de Investimento Imobiliário apresentaram um valor maior quando comparado com os Fundos de Investimento Imobiliário e Mobiliário. De modo global o valor sobre Gestão dos OIC no 1º trimestre de 2020 situou-se em 570,699 mil milhões Kz, que representa um aumento de 32% face ao período anterior, resultante do aumento em 17% do valor do FII, que contrapôs a queda de 8% e 9% registado no valor do FIM e SII, respectivamente.

SABIAS QUE...

Os Organismos de Investimentos Colectivo são instituições de investimento colectivo que integram contribuições recolhidas junto ao público, tendo por fim o investimento colectivo de capitais, segundo o princípio da divisão de risco e o princípio da prossecução do interesse exclusivo dos participantes.

Podem participar nos OIC quaisquer pessoas, singulares ou colectivas que apresentem apetência de realizar investimentos.

Estes podem ser:

- **Abertos:** tem um número variável de Unidades de Participação (UP), podendo ser subscritas e resgatadas a qualquer momento.
- **Fechados:** apresentam um número fixo de Unidades de Participação, sendo que os aumentos e as reduções encontram-se sujeitos a autorização da Comissão de Mercado de Capitais. Destaca-se que as UP são, em regra, resgatadas na maturidade ou em caso de liquidação, podendo ser também transacionadas entre os investidores;
- **Mistos:** aplicáveis apenas para os imobiliários, apresentam duas categorias de UP, sendo uma fixa e outra variável.

Os OIC podem ainda ser apresentadas na forma de **Fundos de Investimento** ou **Sociedades de Investimento**.

Por outro lado, os Fundos de Investimento ou sociedades de Investimento podem ser: **Mobiliários**, **Imobiliários** e **Capital de risco**.

Os participantes dos OIC podem beneficiar das seguintes vantagens: *i)* isenção de qualquer imposto sobre rendimentos recebidos ou à sua disposição; *ii)* redução da taxa de imposto industrial -15% para OIC Imobiliários e 7,5% OIC mobiliários; *iii)* isenção de Imposto de Selo nos aumentos de capital, imposto de selo e de consumo sobre as comissões de gestão cobradas pelas entidades gestoras; entre outros.

Saiba mais na próxima edição, ATL valores para a vida



11. Sector Bancário

- A Rendibilidade dos Activos (ROA) do sistema bancário fixou-se em 0,95% em Fevereiro de 2020, segundo o BNA.
- O total do crédito mal parado sobre o crédito total do sistema bancário fixou-se em 35,7% em Fevereiro de 2020, de acordo com dados disponíveis no BNA até 18 de Maio de 2020.

O total do activo da banca comercial situou-se em 19.265,86 mil milhões Kz no Iº trimestre de 2020. O montante representa um aumento de 4,8% face ao trimestre anterior, resultado da melhoria de variáveis como, os Títulos de dívida pública e os Empréstimos, em cerca de 6% e 2%, respectivamente, ao fixarem-se em 5.374,07 mil milhões Kz e 6.006,90 mil milhões Kz, em cada caso. Kz. Destaca-se igualmente que à semelhança do que sucedeu no último trimestre de 2019, os Empréstimos continuam a ocupar a primeira posição em termos de representatividade sobre os activos (31%), apesar de terem apresentado uma ligeira redução de 0,8 p.p., enquanto os títulos de dívida aumentaram 0,3 p.p., para 27,9%.

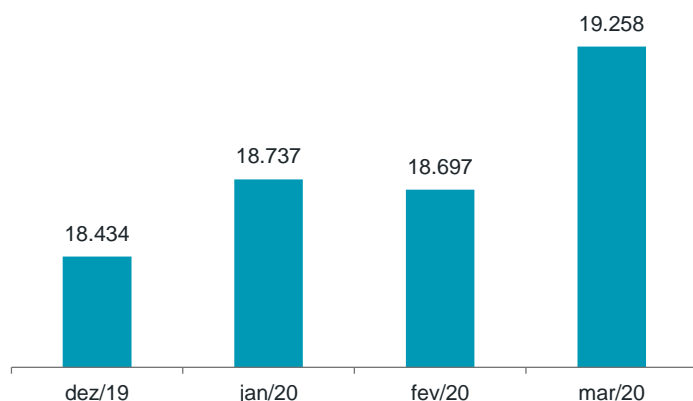
O crédito mal parado sobre o crédito total do sistema bancário fixou-se em 35,7% em Fevereiro de 2020. O nível corresponde à um incremento de cerca de 7,95 p.p. face ao período homólogo, tal como, o maior registo da série histórica do BNA, com início em 2010. A justificar a degradação da qualidade dos activos em geral, e do crédito em particular, está a deterioração da actividade económica que remonta a 2016, o que impacta a redução do rendimento disponível das famílias e a falência das empresas, com efeitos directos sobre a capacidade dos

mesmos honrarem com as suas obrigações de crédito junto da banca comercial.

A Rendibilidade dos Activos (ROA) do sistema bancário fixou-se em 0,95% em Fevereiro de 2020. O indicador que avalia a capacidade dos bancos em gerar lucros mediante a utilização dos seus activos, reduziu cerca de 0,2 p.p. face ao período homólogo, enquanto a Rendibilidade do Capital (ROE) aumentou 3,21 p.p. para 9,53%.

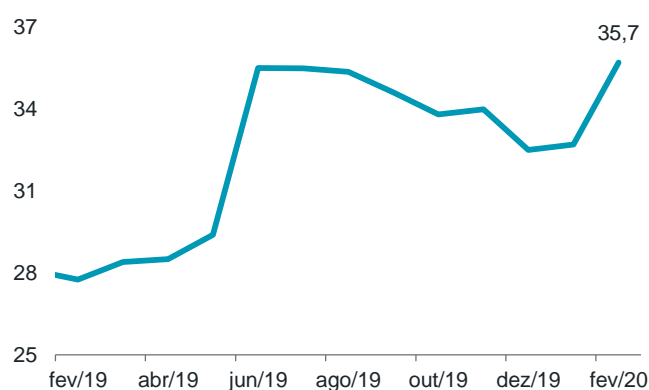
Os bancos comerciais deverão conceder aos seus clientes moratórias no pagamento no serviço da dívida no prazo de 60 (sessenta) dias. A medida avançada pelo BNA, no Instrutivo nº 04/2020 de 30 de Março, tem como objectivo libretar liquidez para as famílias e as empresas, num período caracterizado pela desaceleração da actividade económica devido a propagação da COVID-19. Segundo o documento, a decisão não deverá provocar alteração ao valor das prestações. Por outro lado, os bancos comerciais devem, suspender, temporariamente, todas as interpelações, constituições em mora e execuções decorrentes do atraso no cumprimento das referidas obrigações que não possam ser realizadas por decorrência do impacto significativo da pandemia do COVID-19.

Gráfico 18 – Total do Activo do Sistema Bancário (Mil Milhões Kz)



Fonte: BNA

Gráfico 19 – Crédito mal parado/crédito total (%)



Fonte: BNA



12. Indicadores Sociais

- *As famílias mais carenciadas poderão beneficiar de transferências monetárias de 8.500 Kz/mês.*
- *A taxa de pobreza de Angola referente a 2020 poderá registar incremento de 2,5 p.p. ao se fixar em 50,1% segundo perspectiva do Banco Mundial.*

As famílias mais carenciadas poderão beneficiar de transferência monetária no montante de 8.500 Kz/mês.

O programa inscrito na estratégia de combate à pobreza no país, deverá permitir que mais de 1,6 milhões de famílias sejam beneficiadas. O programa que tem o apoio financeiro do Banco Mundial deverá entrar em vigor a partir de Maio, em cinco municípios do país - Nzento, Ombanja, Cambundi Katembo, Cuito Cuanavale e Caculo - sendo que na primeira fase (2020) deverão ser beneficiadas 300 mil famílias. Para a segunda fase (2021) deverão ser contempladas outras 700 mil famílias, culminando em 2022 com 608 mil famílias. Denominado “Kwenda”, o programa está orçado em 420 milhões USD, sendo que 320 milhões são fundos garantidos pelo Banco Mundial e 100 milhões USD assegurados pelo Tesouro nacional.

A propagação da COVID-19 poderá agravar as condições sociais do país em 2020.

A propagação da COVID-19 poderá agravar as condições sociais dos mais carenciados – crianças, mulheres, idosos -, e pessoas que dependa das actividades diárias para sobreviver (actividade informal), com a destruição de fontes de rendimentos, incremento da exclusão social e aumento da pobreza e desigualdades no país. Destaca-se que, perto de 50% da população vive abaixo da linha da pobreza internacional, com 1,90 USD/dia e 72% da população depende da actividade informal. O país vem de quatro recessões consecutivas e o sistema de protecção social não deverá estar à altura do desafio, sendo que segundo dados da UNECA, a população vulnerável – população em estado de subnutrição (25%); com alguma doença respiratória crónica (7%); doença crónica renal (5%); doenças crónicas cardiovascular (3%); HIV/Sida (1%) e a incidência da tuberculoses avaliada 315 pessoas por cada 100 mil pessoas-, é significativa.

O sector informal concentrou perto de 72,4% da força de trabalho da economia.

Segundo dados do INE, dos perto de nove milhões de empregos disponíveis na economia em 2019, perto de 72,4% estão ligadas a uma actividade informal. O sector, que é uma verdadeira bolsa do desemprego estrutural do país, continua a desempenhar um papel determinante num contexto de reduzida transformação estrutural da economia, contínua dependência da economia ao sector petrolífero, reduzida produtividade do sector agro-pecuário e contínuo crescimento da taxa de urbanização no país. Para o presente ano, o Governo pretende acelerar o programa de reconversão da economia informal, com o intuito de conferir maior comodidade das famílias, certeza jurídica e segurança, tal como mitigar os impactos da COVID-19 neste segmento significativo da população.

A cobertura do Programa Água para Todos atingiu os 70,3% da população rural.

A execução do programa já beneficiou cerca de 9,8 milhões de habitantes nas zonas rurais, até Dezembro de 2019. A ser executado desde 2007, o programa desenvolveu várias acções, com realce para a construção de 79 pontos de água, 57 pequenos sistemas de abastecimento, durante o ano de 2019, o que contribuiu para que o fornecimento de água atingisse mais 125.070 habitantes. Destaca-se que o PDN 2018-2022 perspectiva que até 2022 a taxa de cobertura de abastecimento de água para as zonas rurais situe-se em 76%.

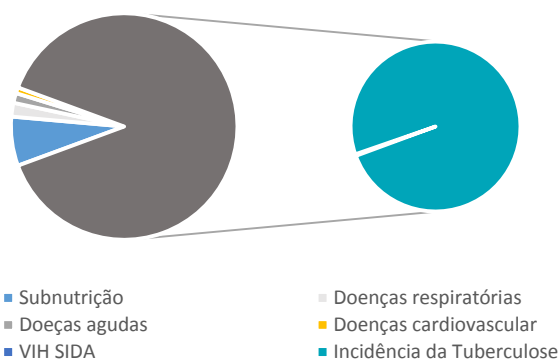
O índice de liberdade de imprensa registou melhoria em 2020.

O país posicionou-se no lugar 106 (de um total de 180) na Classificação Mundial da Liberdade de Imprensa, uma melhoria de três posições face o ano anterior, o que reflecte os esforços das autoridades governativas para a criação de condições que permitam a liberdade e garantias dos órgãos de comunicação social, público e privados, e dos jornalistas para realizarem as suas actividades num ambiente seguro. Destaca-se que o país fica melhor classificado face a países lusófonos como o Brasil (Posição 107) e Guiné-Equatorial (Posição 165).

A taxa de pobreza poderá fixar-se em 50,1% da população.

Dados divulgados pelo Banco Mundial e o PNUD, sugerem um aumento de 2,5 p.p. face às estimativas da taxa de pobreza de 2019, sendo reflexo das condições desafiantes em que a economia está a operar nos últimos quatro anos e da propagação da COVID-19, o que poderá agravar as condições de vida de mais de 15 milhões de pessoas a residir em Angola. Destaca-se que o PIB per capita em 2019 fixou-se em 2,1 mil USD, 60% abaixo dos 5,6 mil USD de 2014, reflexo da manutenção da taxa de crescimento populacional em 3,2% e da contracção do PIB em 5%.

Gráfico 20 – Tipo e doença em % da População



Fonte: COVID-19: Lockdown exit strategies for Africa, UNECA 2020



13. Ambiente de Negócios

- A propagação da COVID-19 em Angola poderá atrasar a implementação de algumas reformas macroeconómicas consistentes com a alteração do ambiente de negócios do país.
- O montante de IDE captado pelo país em 2019 registou um incremento de 7,4% ao se fixar em 8.093 milhões USD.

A propagação da COVID-19 poderá penalizar o processo de ajustamento macroeconómico em 2020. A redução significativa das receitas em moeda estrangeira, associada a necessidade de mobilizar recursos para o financiamento dos impactos da COVID-19 poderá desacelerar a execução do PEM e do PND (2018-2022). Paralelamente, os ganhos fiscais, monetários e cambiais apurados entre 2018 e 2019 poderão esfumar-se e pressionar o esforço na estabilização da economia no período pós-COVID-19. Destaca-se que o FMI, estima que o Saldo Fiscal para 2020 (-6% do PIB) e da Conta Corrente (-6,7% do PIB) deverão contrariar a tendência de saldos positivos dos dois últimos anos.

A melhoria do ambiente de negócios continua a ser prioridade na gestão do Governo. O Governo decidiu reduzir o número de procedimentos para a constituição de empresas, com o objectivo de impulsionar o sector produtivo. A decisão que consta das medidas para mitigar os impactos da COVID-19 deverá contribuir na celeridade de criação e funcionamento das Micro, Pequenas e Médias Empresas. Paralelamente, o Ministério das Finanças apresentou a proposta de alteração do Código Tributário, onde o destaque recai sobre a redução do imposto industrial, de 30% para 25%, um nível que se fixa abaixo da média da África Austral, de 27%. Por outro lado, o Governo decidiu criar as Zonas Franças com vista a atrair investimento privado para o interior do país.

O Governo decidiu acelerar o processo de privatizações em curso no país. A necessidade de impulsionar o sector privado, associada à redução do espaço fiscal e à necessidade de financiamento público, na conjuntura da propagação da COVID-19 e do aumento das dificuldades de financiamentos internos e internacional justificaram o posicionamento do Governo, que em 2019 lançou o PROPRIV com o objectivo de privatizar 185 empresas e unidades de participação do Estado. Destaca-se que desde o início do ano corrente, já ocorreu a privatização de 9 unidade de participação da Sonangol, espalhadas pelo país, tal como, a adjudicação à gestão de cinco unidades do sector agro-pecuário para cinco empresas privadas de direito angolano, tendo arrecadado 19 mil milhões Kz.

O Clima Económico registou melhorias no último trimestre de 2019. Ao se fixar em -4 pontos, acima dos -7 pontos do trimestre anterior e dos -15 pontos do IVº trimestre de 2018, os empresários deram indicações de melhoria da evolução da economia no curto prazo. Contudo, a tendência do indicador manteve-se abaixo da média e desfavorável para generalidade dos sectores, sendo reflexo da contínua redução da procura interna, o

agravamento das condições de financiamento e das moderadas perspectivas de crescimento da economia. O indicador da indústria extrativa - onde se enquadra o sector petrolífero apresentou um desempenho positivo, demonstrando sinais de recuperação, depois de permanecer em terreno negativo desde o IIIº trimestre de 2015.

O país deverá perder a sua classificação de terceira maior economia da África subsariana. O PIB de Angola reduziu para 84.639,1 milhões USD em 2019. A dimensão do PIB é um forte indicador da pujança do mercado e um catalisador do investimento e fixação de empresas multinacionais. O PIB angolano atingiu o maior nível em 2014, altura em que se fixou em 145.668,4 milhões USD. A queda do preço do petróleo, associada ao envelhecimento dos campos petrolíferos e ao desinvestimento das empresas no sector justificam a queda de perto de 60 mil milhões USD do PIB, nos últimos quatro anos, sendo que, de acordo aos dados do INE, 30% do PIB representa o sector petrolífero e o remanescente o sector não petrolífero.

A captação de IDE registou aumento anual de 7,4% em 2019. O montante fixou-se em 8.093 milhões USD, o maior nível apurado nos últimos três anos. Em termos desagregados, o sector não petrolífero captou 640,9 milhões USD e o petrolífero 7.452,8 milhões USD, o que representa uma redução e aumento de 1,1% e 8,2%, respectivamente. Em termos de estrutura, o sector não petrolífero representou 8% do total do IDE (-1 p.p. face ao ano anterior), enquanto o petrolífero representou 92% do total (+1 p.p. face ao ano anterior). Os desafios no ambiente de negócios continuam a penalizar os investimentos nos sectores alternativos ao petrolífero, enquanto as reformas impostas no sector petrolífero justificam o aumento dos investimentos do sector.

Tabela 4 – Indicadores Macroeconómicos de Angola

Indicadores	Média 2010-16	2017	2018	2019	2020	2021
Crescimento PIB (%)	3,6	-0,2	-1,2	-1,5	-1,4	2,6
Inflação (%)	13,5	29,8	19,6	17,1	20,7	22,3
Conta Corrente (% do PIB)	3,1	-0,5	7,0	2,9	-6,7	-3,0
Saldo Fiscal (% PIB)	0,3	-6,3	2,2	0,7	-6,0	-2,5
Dívida Pública (% PIB)	42,7	69,3	89,0	109,8	132,2	124,3
M2/PIB (%)	35,8	32,2	29,3	31,5	31,5	31,8

Fonte: Perspectivas Económicas Regionais do FMI, Abril de 2020



14. Outras Economias Africanas

- A África Subsariana deverá contrair 1,6% em 2020, segundo previsões do FMI, muito abaixo do crescimento de 3,1% do ano anterior.
- A taxa de mortalidade, por COVID-19, na região a Sul do Sahara fixou-se em 2,2% um nível abaixo da média mundial.

As economias da África Subsariana poderão contrair 1,6% em 2020, segundo dados do FMI. O desempenho contrasta com o crescimento de 3,1% apurado em 2019, o que representa o menor crescimento em 25 anos. A justificar o desempenho está a contracção prevista para as principais economias da região, devido o impacto da propagação da COVID-19, que está a pressionar a cotação das *commodities*, a redução do investimento externo e o agravamento das condições de financiamento externo para os países africanos. Destaca-se que, com a exclusão da Nigéria e da África do Sul, o crescimento deverá fixar-se em 0,7%. Durante o período em análise, o Sudão do Sul deverá apresentar o maior crescimento, com cerca de 4,9%, que no entanto representa uma desaceleração 6,4 p.p. face ao ano anterior.

As contas externas e fiscais dos países da África Subsariana poderão deteriorar-se em 2020. A queda dos preços das *commodities* associada à disrupção das cadeias de distribuição internacional deverão penalizar as contas externas da região, sendo que, das 45 economias apenas quatro - Eritreia (+10,2% do PIB), Essuatíni (+3,5% do PIB), Lesoto (6,9% do PIB) e África do Sul (0,2% do PIB) - deverão apresentar um saldo externo positivo. Paralelamente, a região deverá registar, em termos médios, um défice fiscal primário de 7% do PIB, um nível superior aos 4,3% de 2019, sendo que 98% das economias da região deverão registar um défice fiscal, com a excepção apenas da República do Congo que poderá registar um *superavit* de 5,7%.

O nível de endividamento dos países da África Subsariana deverá crescer 5,8 p.p. em 2020. O nível de endividamento médio, estimado pelo FMI, deverá fixar-se em 55,9% do PIB em 2020, o que compara com os 50,1% do ano anterior, reflexo das necessidades de financiamento dos países, impostas pela COVID-19. Destaca-se que Eriteia, Cabo Verde e Angola deverão

apresentar os maiores rácios de dívida da região, com 184,8% do PIB, 132,5% do PIB e 132,2% do PIB, respectivamente.

A Nigéria poderá registar recessão económica de 3,4% em 2020, segundo dados do FMI. A maior economia da região deverá contrair 3,4%, acima da média da região, depois de ter crescido 2,2% em 2019. O desempenho poderá reflectir a queda no sector petrolífero, associada às medidas de confinamento social definidas no país. A taxa de inflação poderá fixar-se em 13,4%, acima dos 11,4% do ano anterior. Por seu turno, o défice fiscal e das contas externas deverão fixar-se em 6,4% e 3,3% do PIB, o que compara com os 5% e 3,8%, do ano anterior, respectivamente. os

A economia da África do Sul poderá contrair 5,8% em 2020. O desempenho inverte o crescimento de 0,8% apurado no ano anterior, influenciado pela propagação da COVID-19. Os ajustamentos estruturais em curso na economia, associados ao agravamento das condições de financiamento internacional, justificam a perspectiva negativa do crescimento. A taxa de inflação poderá fixar-se em 2,4% abaixo dos 4,1% do ano anterior. Por seu turno, o saldo fiscal e das contas externas deverão fixar-se em -13,3% e 0,2% do PIB, o que compara com os -6,3% e -3,0%, do ano anterior, respectivamente.

A taxa de mortalidade pela COVID-19, em África, atingiu 2,2% no 1º trimestre de 2020. Até o dia 31 de Março, o continente havia diagnosticado cerca de 3.786 casos positivos e 77 óbito. Os números mantêm-se abaixo da média mundial que no mesmo período encontrava-se fixada em 4,8%, num universo de 750.890 casos positivos diagnosticados. A declaração atempada de Estado de Emergência associada a estrutura etária da população representam potenciais razões para a moderada taxa de mortalidade.

Tabela 5 – Principais Indicadores Macroeconómicos das Sub-regiões da África Subsariana

Sub-Regiões da África Subsariana	Crescimento económico (%)		Taxa de inflação (%)		Conta Corrente (% PIB)		Saldo Fiscal (% PIB)		Dívida do Governo (% PIB)		Oferta da M2/PIB (%)	
	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
CEMAC	1,8	-1,7	1,7	2,5	-2,2	-7,1	0,3	-2,6	51,3	57,8	22,8	25,4
WAEMU	6,1	2,5	-0,3	1,6	-5,3	-5,9	-2,3	-5,0	44,5	48,0	25,7	25,7
COMESA	5,2	0,6	13,3	15,2	-4,8	-5,8	-4,9	-5,3	50,5	54,0	32,2	31,4
EAC-5	5,9	2,0	3,8	4,5	-5,4	-5,9	-6,0	-6,4	49,3	53,7	25,6	25,8
ECOWAS	3,6	-1,4	8,3	10,1	-4,4	-4,6	-4,5	-6,4	36,8	42,1	24,8	25,0
SACU	0,3	-5,6	4,0	2,4	-3,0	0,1	-6,2	-12,5	59,2	73,4	70,2	69,7
SADC	1,1	-3,4	9,0	9,6	-3,2	-4,0	-4,4	-8,9	61,1	70,7	51,2	50,4
Médias África Sub	3,1	-1,6	8,4	9,3	-4,0	-4,7	-4,3	-7,0	50,1	55,9	35,6	35,3

Fonte: FMI: *Perspectivas Económica Regionais*, Abril 2020.



25 ANOS DEPOIS, A ECONOMIA DA ÁFRICA SUBSARIANA PODERÁ CONTRAIR

O continente africano foi um dos últimos a ser assolado pela pandemia do COVID-19. As estatísticas, apresentadas até o dia 11 de Abril, revelaram que 52 dos 54 países do continente africano registaram casos de infecção pelo COVID-19, sendo excepção apenas o Lesoto e a Ilha de Comores.

Com este surto, o Banco Mundial (BM) alerta para a possibilidade da África Subsariana registar a primeira recessão económica depois de 25 anos de expansão, segundo o relatório Africa Pulse, divulgado no mês corrente, pelo BM. De acordo com a instituição, o crescimento económico na região deverá reduzir de 2,4% em 2019 para entre -2,1% e -5,1% no ano corrente. O desempenho estimado reflecte, essencialmente, os desafios que os países poderão enfrentar na implementação das medidas de contenção e mitigação do surto, devido aos aglomerados registados - com particular destaque nos sectores informais -, dificuldades no acesso à água potável, fraco sistema de saneamento básico e sistema de saúde frágil.

A análise do BM revela que em virtude da contracção prevista do Produto Interno Bruto (PIB) da região, a produção na região poderá registar reduções entre 37 e 79 mil milhões USD, devido a combinação dos efeitos do COVID-19, com realce para a interrupção do comércio e da cadeia de valor mundial, o que afecta os exportadores de *commodities*, reduz os fluxos externos de financiamento, turismo, investimento directo estrangeiro, ajuda externa, tal como o registo de fuga de capital. Importa ressaltar que, de acordo com o *Travel and Tourism Council*, cerca de 50 milhões de empregos no sector global de viagens e turismo encontram-se em risco e deverão cair em 2020, sendo que para países como Cabo Verde, Seychelles e Ilhas Maurícias o sector representa mais de 20% PIB.

O bem-estar das famílias deverá ser igualmente penalizado, com perdas de até 7%, suportado pela redução dos termos de troca e menos emprego. As estimativas alertam para a possibilidade de desencadeamento de uma crise de segurança alimentar em África, com a produção agrícola a contrair 2,6% no cenário optimista e cerca de 7% na possibilidade menos optimista (com existência de bloqueios comerciais). A importação de bens alimentares poderá contrair até 25% reflexo dos custos de transacção mais elevados e procura doméstica reduzida, aponta o relatório do Banco Mundial.

Com efeito, o COVID-19 deverá causar choques quer do lado da oferta como da procura. No lado da oferta, poderá registar-se uma redução no nível de emprego, assim como da produção e manutenção das cadeias de distribuição. Paralelamente, no lado da procura, os consumidores e empresas tenderão a adiar os gastos. Além disso, o acesso aos bens e serviços serão reduzidos a medida em que lojas forem fechadas e os horários de serviço reduzidos.

Entretanto, apesar da maioria dos países da região terem adoptado diferentes medidas para mitigar os impactos da propagação do vírus, espera-se que as três maiores economias (África do sul, Nigéria e Angola) registem quedas significativas no crescimento real do PIB, como resultado dos níveis moderados de crescimento nos últimos anos, redução do investimento e redução da cotação internacional das *commodities*.

Além das medidas de contenção em resposta ao COVID-19, o BM aponta que os países têm efectuado uma combinação de acções emergenciais de política fiscal e monetária, com vários bancos centrais da região a tomarem medidas importantes, como a redução da taxa de juro e fornecimento de assistência extraordinária à liquidez. As medidas imediatas são fundamentais, mas não há dúvida de que será necessário algum tipo de alívio da dívida dos credores bilaterais para garantir recursos para combater o COVID-19 e ajudar a gestão ou manter a estabilidade macroeconómica na região, aponta a instituição.

Destaca-se que, o BM e o Fundo Monetário Internacional pediram uma suspensão do pagamento da dívida bilateral dos países mais pobres, que na sua perspectiva reflecte uma acção importante na resposta global para amenizar o impacto do COVID-19 sobre os países mais carenciados.

O BM avança que é crucial que os formuladores de políticas na região se concentrem em salvar vidas e proteger os meios de subsistência, concentrando-se no fortalecimento dos sistemas de saúde e adoptando acções rápidas para minimizar as interrupções nas cadeias de suprimento de alimentos. Adicionalmente, é importante a implementação de programas de protecção social, incluindo transferências de dinheiro, distribuição de alimentos e isenções de taxas, para apoiar os cidadãos, especialmente aqueles que trabalham no sector informal.

Fonte: Resumo Semanal, 13 de Abril de 2020



15. Anexos

Anexo 1 – Taxa de Inflação (%)

Classes	Peso	2018				2019				2020
		T1	T2	T3	T4	T1	T2	T3	T4	T1
01. Alimentação e Bebidas não Alcoólicas	44,0	0,8	1,2	1,3	1,6	1,3	1,2	1,4	1,9	1,5
02. Bebidas Alcoólicas e Tabaco	2,7	0,6	1,3	1,4	2,0	1,1	0,9	1,5	1,9	1,1
03. Vestuário e Calçado	6,5	1,7	1,5	1,9	1,8	1,1	0,9	1,7	1,7	1,0
04. Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis	12,5	0,6	1,1	6,9	0,9	0,4	1,2	2,0	0,4	0,7
05. Mobiliário, Equipamento Doméstico e Manutenção	6,0	1,6	1,1	1,4	1,4	1,3	1,3	1,4	1,7	1,0
06. Saúde	3,4	1,9	1,3	1,5	1,5	1,3	1,4	1,8	1,3	0,9
07. Transportes	7,9	1,1	0,8	0,7	0,6	0,2	0,5	1,5	1,5	0,8
08. Comunicações	3,3	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2
09. Lazer, Recreação e Cultura	2,2	1,7	1,6	1,2	1,3	1,3	1,7	1,8	1,4	1,3
10. Educação	2,5	5,2	0,0	0,0	0,0	0,7	0,0	0,0	0,0	1,2
11. Hotéis, Cafés e Restaurantes	3,0	1,4	1,2	1,5	1,7	1,3	1,0	1,6	1,9	1,0
12. Bens e Serviços Diversos	6,0	3,0	1,4	1,3	1,7	1,4	1,0	1,5	1,5	1,1
Índice Geral	100,0	1,3	1,2	1,7	1,4	1,11	1,10	1,51	1,58	1,67

Fonte: INE

Anexo 2 – Indicadores monetários e cambial

INDICADORES	2017	2018		2019						2020
	Dez	Nov	Dez	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Março
TAXA DE CÂMBIO (MÉDIA)										
USD/Kz	165,9	310,5	308,6	349,5735	362,0025	378,0295	496,6355	491,248	482,227	536,7
EUR/Kz	185,4	352,6	353	389,669	399,7225	412,827	554,096	540,6175	540,817	588,6
TAXA DE JURO CRÉDITO (181 D A 1 ANO %)										
Empresas										
Moeda Nacional	16,12	19,28	33,81	13,92	18,5	20,14	16,08	18,75	22,06	16,48
Moeda Estrangeira	8,45	9,5	14	n.d.	n.d.	12	n.d	n.d	10	10
PARTICULARES										
Moeda Nacional	17,7	16,1	20,51	20,43	20,03	19,11	19,73	18,62	19,83	21,1
Moeda Estrangeira	10,48	20	14	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	10
TAXA DE DEPÓSITOS (181 D A 1 ANO %)										
Moeda Nacional	4,28	8,35	8,23	7,32	7,97	6,27	8,24	7,85	8,83	8,54
Moeda Estrangeira	2,51	1,96	2,26	1,88	1,93	1,8	1,9	2,49	2,47	1,72
Agregados Monetários (Kz)										
M1	3.732,10	3.957,60	4.089,10	4.458,42	4.692,04	4.375,85	4.940,72	5.074,52	4.939,36	5232,3
M2	6.517,60	7.946,20	7.844,40	8.356,03	8.764,63	8.730,79	10.248,115	10.220,31	10.214,36	10502,5
M3	6.521,70	7.950,90	7.853,80	8.362,41	8.771,14	8.737,44	10.255,37	10.227,62	10.219,11	10507,4
Taxa Básica (End Period, %)	18	16,5	16,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5	15,5
Taxa Inflação (End Period, Y/Y, %)	26,26	17,77	18,21	17,59	17,9	16,52	16,46	16,57	17,06	19,03
Reservas Internacionais (Milhões USD)	13.343,4	11.902,10	10636,1	10.401,59	10.807,78	10.102,22	10.180,22	12.362,40	11.711,76	10932,15
Produção Petrolífera (MB/D)	1,63	1,5	1,49	1,39	1,39	1,4	1,36	1,28	1,41	1,4

Fonte: BNA, OPEP, INE



15. Anexos

Anexo 3 – Instrutivos e Avisos publicados pelo BNA no 1º trimestre

Instrumentos	Número	Assunto	Publicação	Data vigor
Instrutivos	Instrutivo nº 05/2020 de 30 de Março	Isenção Temporária de Limites por Instrumento de Pagamento na importação de bens alimentares, medicamentos e material de biossegurança	30-03-2020	30-03-2020
Instrutivos	Instrutivo nº 03/2020 de 30 de Março	Taxas de Câmbio de Referência	30-03-2020	30-03-2020
Instrutivos	Instrutivo nº 02/2020 de 30 de Março	- Procedimentos para a Venda de Moeda Estrangeira por Sociedades do Sector Petrolífero - Operações Cambiais no Mercado Interbancário	30-03-2020	30-03-2020
Avisos	Aviso nº 02/2020 de 09 de Janeiro	- Regras e Procedimentos para a Realização de Operações Cambiais de Invisíveis Correntes por Pessoas Colectivas	07-01-2020	17-01-2020
Avisos	Aviso nº 01/2020 de 09 de Janeiro	Alteração da Redacção do artigo 5.º do Aviso n.º 05/18, de 17/de Julho	17-01-2020	17-01-2020
Instrutivos	Instrutivo nº 01/2020 de 10 de Janeiro	Prazo Máximo para a Execução de Operações de Venda de Moeda Estrangeira e Operações Cambiais Associadas	10-01-2020	10-01-2020
Avisos	Aviso nº 15/2019 de 30 de Dezembro	Investimento Externo Realizado por não Residentes Cambiais - Operações de Capitais e de Rendimentos Associados	03-01-2020	03-01-2020

Fonte: BNA

Anexo 4 – Negociações na BODIVA

Sector	COMPRA		VENDA	
	Total	Peso	Total	Peso
Banca	163.133,78	56,62%	112.979,90	39,21%
Fundos e Pensões	8.911,16	3,09%	303,89	0,11%
Fundos de investimento	10.128,62	3,52%	11.496,11	3,99%
Segurança social	11.176,08	3,88%	-	0,00%
Comércio	20.834,90	7,23%	30.661,33	10,64%
Construção Civil	11.597,12	4,03%	34.222,03	11,88%
Energia	304,75	0,11%	595,73	0,21%
Imobiliária	19,89	0,01%	1.058,53	0,37%
Indústria	2.348,46	0,82%	39.328,99	13,65%
Particulares	34.781,96	12,07%	4.876,40	1,69%
Pescas	629,47	0,22%	-	0,00%
Prestação de Serviço	11.425,28	3,97%	14.027,68	4,87%
Telecomunicações	1.865,01	0,65%	572,93	0,20%
Instituições Sociais	97,18	0,03%	-	0,00%
Petróleo	2.504,53	0,87%	30.446,99	10,57%
Saúde	99,91	0,03%	1.556,39	0,54%
Gestão de Activos	4.985,77	1,74%	2.478,03	0,86%
Transporte	698,31	0,24%	907,05	0,31%
Mineiro	56,93	0,02%	-	0,00%
Comunicação social	19,84	0,01%	-	0,00%
Seguros	197,40	0,07%	-	0,00%
Hotelária e Turismo	-	0,00%	274,78	0,10%
Sociedade gestora de OIC	2.309,80	0,81%	2.339,40	0,81%
Total	288.126,15	100%	288.126,16	100%

Fonte: BODIVA



15. Anexos

Anexo 5 – Indicadores Económicos de Países da África Subsariana

PAÍSES	POPULAÇÃO (Milhões)	PIB (%)		PIB NOMINAL (Mil Milhões USD)		PIB PER CAPITA (USD)		DÍVIDA PÚBLICA (%PIB)		BALANÇA CORRENTE (%PIB)		INFLAÇÃO (%)	
		2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020
ANGOLA	31,0	-0,3	1,2	91,5	89,0	3038,0	2867,5	95,0	89,9	0,9	-0,7	17,00	12,00
ÁFRICA DO SUL	59,7	0,7	1,1	358,8	369,9	6100,4	6193,2	59,9	60,3	-3,1	-3,6	4,70	5,30
CONGO	2,4	3,5	4,3	18,7	19,7	7859,2	8116,2	12,3	12,0	-3,0	-1,0	2,75	3,48
REP. DEM. CONGO	100,8	4,3	3,9	49,0	51,6	500,6	511,6	13,5	11,6	-3,4	-4,2	5,50	5,00
GANÁ	30,8	7,5	5,6	67,1	69,8	2223,4	2266,4	63,8	63,5	-3,6	-3,8	9,33	9,00
MAURÍCIA	1,3	3,7	3,8	14,4	14,9	11360,7	11720,6	68,7	69,4	-7,2	-6,5	2,02	2,65
MOÇAMBIQUE	32,0	1,8	6,0	15,1	16,7	484,4	521,8	108,8	106,8	-58,0	-66,7	8,50	6,50
NAMÍBIA	2,5	-0,2	1,6	14,4	14,9	5842,1	5963,0	49,2	50,9	-4,1	-2,3	4,80	5,50
NIGÉRIA	206,1	2,3	2,5	446,5	494,8	2222,0	2400,5	29,8	31,4	-0,2	-0,1	11,68	11,68
TANZÂNIA	58,0	5,2	5,7	62,2	67,2	1104,8	1159,3	37,7	38,2	-4,1	-3,6	4,14	4,33
QUÊNIA	50,7	5,6	6,0	98,6	109,1	1997,5	2151,5	61,6	61,3	-4,7	-4,6	6,21	6,25
ZÂMBIA	18,9	2,0	1,7	23,9	23,3	1307,0	1236,2	91,6	95,5	-3,6	-3,4	12,00	8,00
ZIMBABWE	15,2	-7,1	2,7	12,8	12,9	860,0	847,2	17,7	15,1	-0,5	-2,5	182,92	9,43

Fonte: FMI

AS MEDIDAS ECONÓMICAS DE ALGUNS PAÍSES AFRICANOS NO CONTEXTO DA COVID-19

As restrições à mobilidade de pessoas, o encerramento das actividades comerciais, consideradas não essenciais, tal como as interrupções na cadeia global de provisão de alimentos, em consequência da rápida propagação da COVID-19, penalizaram as perspectivas económicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) para a economia mundial e da África Subsariana para 2020, ao prever uma contracção do Produto Interno Bruto (PIB) em 3,0% e 1,6%, respectivamente, sendo que o impacto dependerá, em grande medida, do levantamento das restrições impostas pelos países.

Entretanto, as preocupações dos países cinge-se, para além de garantir todas as condições sanitárias necessárias para combater a pandemia, a garantia de condições para a recuperação da economia no período pós – COVID-19, mediante a definição de políticas económicas de apoio a liquidez à tesouraria das empresas e rendimento das famílias.

Os países africanos têm definido um conjunto de medidas económicas – Políticas fiscais, monetárias e cambiais -, para suportar a confiança e a liquidez nas economias, com o intuito de mitigar os efeitos negativos que a reduzida mobilidade e a propagação da COVID-19 poderão produzir na economia.

Continue a ler aqui:



SADC



Outras Publicações

NEWSLETTER
DAILY

NEWSLETTER
OIL & GAS

NEWSLETTER
PRIVATE

NEWSLETTER
WEEKLY

NEWSLETTER
CORPORATE

Reporte
**ANGOLA 30
DIAS**

Para ter acesso às Outras Publicações visite:

www.atlantico.ao/pt/institucional/research/pages/home.aspx



Contactos

FALE COM A NOSSA EQUIPA

Anta Bandola
Research Analyst
anta.bandola@atlantico.ao

Joyce Domingos
Research Analyst
joyce.muturi.domingos@atlantico.ao

Rúben Ramos
Research Analyst
ruben.joaquim.ramos@atlantico.ao

Wilson Chimoco
Research Analyst
Wilson.sila.chimoco@atlantico.ao

RESEARCH ATLANTICO

E-mail: research@atlantico.ao | Tel: 226 432 445 | 923 169 045

DISCLAIMER:

Este documento foi criado com informações de fontes consideradas fiáveis, mas a sua precisão não pode ser totalmente garantida. O conteúdo deste documento não representa recomendação para investir, alienar ou manter investimento em qualquer acção descrita ou qualquer outra e não pode ser considerada uma oferta, convite ou solicitação para comprar ou vender activos acima mencionados. Este documento não deve ser usado para avaliar os activos descritos e o ATLANTICO não pode ser responsabilizado por qualquer perda directa ou potencial resultante da utilização deste conteúdo. As recomendações destinam-se exclusivamente a uso interno, podendo ser alteradas sem aviso prévio. As opiniões expressas são da inteira responsabilidade dos seus autores, reflectindo apenas os seus pontos de vista e podendo não coincidir com a posição do ATLANTICO nos mercados referidos. A reprodução, total ou parcial, desta publicação é permitida, desde que a fonte esteja claramente identificada.

This document was created with information from sources considered to be reliable, but its accuracy may not be completely guaranteed. The content of this document does not represent a recommendation to invest, divest or hold investment in any asset herewith described or any other asset, and it may not be considered an offer, invitation or solicitation to purchase or sell the assets mentioned above. This document should not be used to evaluate the assets herewith described and ATLANTICO cannot be held responsible for any loss, direct or potential, resulting from its use or contents. The recommendations are for internal use only and may be changed without prior notice. The opinions expressed are the sole responsibility of the authors, reflecting only their views and may not coincide with the position of ATLANTICO in the referred markets. ATLANTICO, or its employees, may hold positions in any asset mentioned in this publication. The reproduction, total or partial, of this publication is allowed, as long as the source is clearly identified.

